



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL**

INGRID PONTES DE MACEDO

**“OBRIGADO(A) POR LEMBRAR O MEU NOME”: UMA CARTILHA DE
ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES TRANS NA ESCOLA**

**FORTALEZA
2024**

Ingrid Pontes de Macedo

“Obrigado(a) por lembrar o meu nome”: Uma cartilha de acolhimento de estudantes
trans na escola

Texto de intervenção pedagógica apresentado ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional pela Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia. Área: Ensino de Sociologia.
Linha de Pesquisa: Juventude e questões contemporâneas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Jeronimo Correia Lima

Fortaleza
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M121“ Macedo, Ingrid Pontes de.

“Obrigado(a) por lembrar o meu nome”: Uma cartilha de acolhimento de estudantes trans
na escola / Ingrid Pontes de Macedo. – 2024.
80 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e
Pós-Graduação, Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Alexandre Jerônimo Correia Lima.

1. Homofobia. 2. Transfobia. 3. Intervenção Pedagógica. I. Título.

CDD 301

INGRID PONTES DE MACEDO

“OBRIGADO(A) POR LEMBRAR O MEU NOME”: UMA CARTILHA DE ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES TRANS NA ESCOLA

Intervenção pedagógica apresentada ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Ensino da Sociologia

Aprovada em 26 de agosto de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Jeronimo Correia Lima (UFC)
Orientador

Prof. Dr. Irapuan Peixoto Lima Filho (UFC)
Examinador Interno

Prof. Dr. Fagner Carniel (UEM)
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

À minha avó, Maria Salete Pontes, por toda dedicação, apoio, investimento na minha educação e pelas demonstrações de afeto através das comidas saborosas.

À minha mãe, Maria Gleiciana Pontes de Macedo, e às minhas irmãs Maria Karoline Macedo de Oliveira e Raynara Pontes da Silva, por serem minhas referências de grandes mulheres e por todo o fortalecimento.

Ao meu pai, Paulo de Tarso Servílio Filho, pelo incentivo de sempre confiar que eu posso mais e pela insistência para que eu realizasse o processo seletivo do PROFSOCIO. Foi prazeroso dividir as descobertas de mestrande e também por ter tido a oportunidade de dividir a profissão tão árdua, conflitante e prazerosa de ser docente, além de dividir a vida. Você é, sem dúvidas, uma fonte de inspiração.

À minha companheira Aryele, por todo amor, compreensão, apoio e insistências para que eu me disciplinasse na escrita. Sem você, isso não teria sido possível, meu amor.

Aos meus e minhas companheiros/as do PROFSOCIO, que tornaram a profissão docente mais leve: Karla, por seu espírito de liderança, acolhimento e suas organizações de lanches nas horas dos intervalos de aulas, que aqueceram o meu coração; Geslane, por sua assertividade e histórias de arrancar risos; Estelany, por sua calmaria e reflexões pertinentes; Danúbio, por sua coragem na disputa do currículo antirracista e por suas histórias memoráveis; Fabrício, por topar todas as saídas duvidosas e por todas confidências; ao Lucas, por sua sensatez, determinação e calma no processo; Neto por seu entusiasmo em ser docente; Ananda por ser uma canceriana tão doce e ao Harrysson, pelas reflexões e partilhas.

À Profa. Dra. Danyelle Nilin Gonçalves, por sua defesa incondicional do PROFSOCIO e da Sociologia. Seu espírito jovial, resistente e questionador é fonte inesgotável de fortalecimento das Ciências Sociais no Brasil.

Ao Prof. Dr. Irapuan Peixoto Lima Filho e Prof. Dr. Fagner Carniel, por aceitarem o convite de realizar a leitura e observação atenta deste trabalho.

Ao Prof Dr. Alexandre Jerônimo Correia Lima, intitulado carinhosamente como Professor Diretor de Turma (PDT), por sua paciência, escuta atenta, sensibilidade, dedicação e animação em cada descoberta e desafios postos. Você é um educador

do acolhimento e das práticas metodológicas da Sociologia. Aprender com você foi uma honra.

Aos bolsistas do PIBID, por compartilharem as angústias, a teoria e prática, a reflexividade e algumas mesas de bar: Eliabe, Mateus, Guilherme, Lívia, Alê, Jamily, Cauã e Davi. Vocês me deram o fôlego necessário para seguir e acenderam a chama de um futuro melhor.

Aos meus amigos de profissão: Letícia, Túlio, Clarice, Fábio, Gleice e JJ, por tornarem a sala dos professores mais leve e feliz.

Aos meus e minhas discentes, especialmente Paulo, por suas reflexões que me faziam querer ser uma docente e pessoa melhor. Por apontarem que estou no caminho da diversidade, da luta, da democracia e da inclusão.

À CAPES e a UFC, por proporcionarem produções científicas inovadoras.

Nos expulsam dos banheiros, das escolas, de casa, do trabalho e, mesmo assim, não conseguem nos expulsar do mundo. Estamos encarnadas. Mesmo se nos matassem a todas. Uma a uma. É possível exterminar as travestis. Jamais as travestilidades. (Caia Coelho)

RESUMO

A presente dissertação narra a experiência de uma professora que, ao tentar implementar uma intervenção pedagógica contra a homofobia e transfobia em sua escola, encontra resistência significativa da comunidade escolar. O relato minucioso explora o contexto, evidenciando obstáculos e práticas sociais arraigadas no universo escolar, que inviabilizaram a atividade inicialmente proposta. A resistência, permeada por preconceitos, desinformação e medo, é, aqui, objeto de análise. Diante dos impasses, não apenas documentam-se as dificuldades enfrentadas, como também propõe-se uma alternativa inovadora. Uma cartilha, inspirada nas experiências e em uma sequência didática com a eletiva de Gênero e Diversidade e outras atividades, será delineada como estratégia para abordar gênero e sexualidade de maneira mais ampla e inclusiva. Essa proposta visa superar as barreiras identificadas na experiência inicial, promovendo uma abordagem educativa mais eficaz com o objetivo de sensibilizar os docentes. Destaca-se o desafio inerente de abordar gênero e sexualidade na educação, especialmente para professores/as de ciências humanas e sociologia. A pesquisadora reconhece como esse tema atravessa não apenas a prática profissional, mas também sua própria subjetividade. Acredita-se que o trabalho pode contribuir não apenas para a compreensão das dinâmicas escolares frente a questões de diversidade, mas também para a reflexão sobre a complexidade inerente ao ensino de temas sensíveis e desafiadores.

Palavras-chave: Homofobia; Transfobia; Intervenção Pedagógica.

ABSTRACT

This dissertation narrates the experience of a teacher who, when trying to implement a pedagogical intervention against homophobia and transphobia in her school, find significant resistance from the school community. The detailed report explores the context, highlighting obstacles and social practices rooted in the school universe that made impossible the initially proposed activity. Resistance, permeated by prejudice, misinformation and fear, is the object of analysis here. In the face of obstacles, not only are the difficulties faced documented, but an innovative alternative is also proposed. A booklet, inspired by the experiences and a didactic sequence with the Gender and Diversity elective and other activities, will be outlined as a strategy to approach gender and sexuality in a broader and more inclusive way. This proposal aims to overcome the barriers identified in the initial experience, promoting a more effective educational approach with the aim of raising awareness among teachers. The inherent challenge of addressing gender and sexuality in education stands out, especially for humanities and sociology teachers. The researcher recognizes how this theme permeates not only professional practice, but also her own subjectivity. It is believed that the work can contribute not only to the understanding of school dynamics in the face of diversity issues, but also to reflection on the complexity inherent in teaching sensitive and challenging topics.

Keywords: Homophobia; Transphobia; Pedagogical Intervention.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CHS	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
CLE	Clube Estudantil
CNT	Ciências da Natureza e suas Tecnologias
CODIN	Coordenadoria de Diversidade e Inclusão Educacional
EAD	Ensino à Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDHGS	Educação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade
EEI	Educação Escolar Indígena
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ESP	Escola Sem Partido
FPR	Formação Profissional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCE	Instituto Federal do Estado do Ceará
LGBT+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e outras identidades e sexualidades
LGG	Linguagens e suas Tecnologias
MAT	Matemática e suas Tecnologias
OCHE	Olimpíada de Ciências do Estado do Ceará
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PIBID	Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNE	Plano Nacional de Educação
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPDT	Projeto Professor Diretor de Turma
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
STF	Supremo Tribunal Federal

SEDUC Secretaria de Educação do Estado do Ceará
UCE Unidades Curriculares Eletivas
UFC Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS: OS CAMINHOS QUE ME ATRAVESSAM.....	12
2 NOVOS “ARES”: ENTRE ANGÚSTIAS E FRUSTRAÇÕES.....	15
3 ENTRE OS DESAFIOS E PROPOSIÇÕES: INQUIETAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE O GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR.....	19
3.1 Para início de conversa: Entendendo o gênero.....	20
3.2 Intervenção pedagógica: Em busca da efetivação da cidadania das vivências dos jovens trans e travesti no espaço escolar.....	24
3.3 Gênero e diversidade e o evento “papo reto: opressão aqui não se cria”....	28
3.4 Programa Institucional De Bolsas De Iniciação À Docência (PIBID).....	32
3.5 “E se eu for processado?”: Preocupações docentes e processo formativo sobre a população trans e travesti.....	35
4 OS PERCURSOS METODOLÓGICOS E INSPIRAÇÕES: A SISTEMATIZAÇÃO ENTRE SER PROFESSORA E PESQUISADORA.....	39
4.1 Apresentação da cartilha: “Obrigada/o por chamar pelo meu nome”.....	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
6 REFERÊNCIAS.....	45
ANEXO A.....	47
ANEXO A - DESENHO ARTÍSTICO.....	47
APÊNDICES.....	48
APÊNDICE A - PLANO DE AULA NA METODOLOGIA DE GASPARIN.....	48
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES(AS).....	52
APÊNDICE C - PROGRAMAÇÃO DO EVENTO “PAPO RETO: OPRESSÃO AQUI NÃO SE CRIA”.....	54
APÊNDICE D - CARTILHA	58

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS: OS CAMINHOS QUE ME ATRAVESSAM

As discussões sobre gênero e as sexualidades me chamaram atenção desde criança, muito embora não soubesse sistematizar; apenas existir. Eu não poderia ser exatamente o que eu queria, pois não era “coisa” de menina.

Na adolescência, fui uma jovem reprimida na forma de se vestir, de verbalizar e de me relacionar, muito embora ousasse ter trejeitos que não são colocados como menina. No meu Ensino Médio, na escola, sentia-me à vontade para ser “eu” quando estava na minha roda de amigos, mas não me soltava totalmente com medo de ser excluída. Na escola, havia momentos em que percebia os padrões de comportamentos atribuídos ao gênero, como os meninos carregando a TV ou qualquer recurso didático, ou atividade que pudesse realizar algum tipo de serviço braçal e as meninas com funções organizativas ou do cuidado, como realizar uma frequência.

Quando ingressei na graduação em Licenciatura em Ciências Sociais, eu pude sistematizar com suporte de autores/as que a sociedade está estruturada nos padrões de gênero. Mais do que isso, a escola não está deslocada dessa realidade, pois a todo momento estão informando os lugares das meninas e dos meninos, o que podem e o que não podem, numa perspectiva binária.

Anteriormente ao ingresso, escolhi a licenciatura com convicção e relação à profissão de docente. Enxergava o espaço escolar como um lugar de debates e reflexões, que me assombrava enquanto jovem, como no caso das questões de gênero e das sexualidades. No Ensino Médio, gostava das reflexões que as aulas de Sociologia e Filosofia proporcionaram e eu enxergava ser professora de Sociologia como uma ponte, principalmente pelas experiências enquanto secundarista. Ao adentrar no Estado do Ceará em 2019 enquanto temporária, todos os meus esforços se debruçaram em construir com os/as estudantes o exercício da Imaginação Sociológica (MILLS, 1959).

Partindo desse pressuposto, a minha experiência profissional enquanto docente temporária no ano de 2019, com a oferta da eletiva de gênero e diversidade, culminou na produção monográfica sobre o título *“Identidades sexuais e Juventudes: desdobramentos da eletiva de gênero e diversidade em uma Escola de Ensino Médio Em Tempo Integral de Fortaleza/CE”*, ano de 2021. Assim, pude

visualizar como as sexualidades atravessam as juventudes no espaço escolar. A pesquisa em questão teve como objetivo principal compreender de que forma a eletiva de gênero e diversidade, da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Messejana¹, contribuiu com o processo de construção das identidades sexuais das/os jovens estudantes que dela participaram. Como objetivos específicos, teve a necessidade de: analisar que tipo de discurso e prática é reproduzido em torno das identidades sexuais na escola; identificar o que é trabalhado na disciplina de gênero e diversidade e compreender como e se a eletiva de gênero e diversidade têm contribuído com o processo de construção das identidades sexuais das/os jovens estudantes².

Com as entrevistas semi estruturadas que obtive com estudantes, com relação a que tipo de discurso e práticas é discutida acerca das identidades sexuais, uma das interlocutoras relatou que o assunto não era tão discutido de forma ampla entre a gestão escolar e havia um distanciamento de docentes em se (in)formarem, inclusive, atrelando a idade com a falta de acesso ao conhecimento com relação aos estudantes trans e travestis no processo de reivindicação da identidade. Outro dado importante para reflexão e como forma de resistência frente às dificuldades, na escola referida houve a Semana LGBT+, em 2019, promovida por estudantes do Grêmio Estudantil da época, a qual recebeu três palestras em dias diferentes sobre a temática e apenas um professor da escola compareceu para assistir em conjunto com os/as estudantes.

A partir da experiência, percebi que as questões de gênero e sexualidades tem que ser debatido com todos/as profissionais da educação, pois é crucial para garantir a existência das pluralidades no ambiente escolar. Como professora em atuação há 5 anos, compreendo a realidade dos/as profissionais da educação com 40h/a semanal, com 10, 12 e até 18 turmas de 45 estudantes, planos de aulas e outras demandas, fazendo com que a formação continuada acabe ficando negligenciada. Assim, unindo minha existência pessoal, que não está deslocada da reflexão macrossocial, a experiência intelectual, política e profissional, propus para a

¹ Nome fictício com o objetivo de resguardar a identidade original das entrevistadas da monografia.

² Macedo, Ingrid Pontes De. Identidades sexuais e juventudes: Desdobramentos da eletiva de gênero e diversidade em uma escola de Ensino Médio em Tempo Integral de Fortaleza/CE. 2021. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em 2021) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=101882>> Acesso em: 12 de dezembro de 2023.

feitura desta dissertação ter como público alvo os/as docentes acerca das discussões de gênero e sexualidades no espaço escolar.

O sentido inicial desta dissertação consiste em apresentar a proposta de uma intervenção pedagógica intitulada "*Uma Metodologia Didático Pedagógica sobre as Questões das Vivências e Existências dos/as Jovens LGBT+³ no Espaço Escolar*" e o relato da nossa tentativa frustrada de implementá-la na escola em que atuava como professora de Sociologia, da eletiva Gênero e Diversidade e na coordenação de um núcleo do projeto PIBID (Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) da UFC (Universidade Federal do Ceará).

Nosso objetivo principal seria desenvolver um processo formativo destinado aos/as e docentes da instituição, buscando sensibilizá-los/as e capacitá-los/as para lidar de maneira eficaz e reconhecer as vivências dos/as jovens trans e travestis no contexto escolar. Mais do que um estudo de instrução sobre os conteúdos sociológicos, históricos, antropológicos sobre a juventude LGBT+, especificamente trans e travestis, o sentido da prática seria elaborar e partilhar com colegas uma metodologia pedagógica para trabalhar gênero e sexualidade em sala de aula e nos demais espaços escolares.

No entanto, deparamo-nos com resistências políticas, que inviabilizaram a concretização do projeto original. Neste relato⁴, detalharemos como seria a proposta inicial, delineando as estratégias e metas alcançadas, bem como abordaremos as razões que contribuíram para a não realização da intervenção pedagógica e o que foi possível realizar. Ainda, apresentamos uma proposta alternativa, discutindo uma nova estratégia, campo de atuação, uma intervenção pedagógica e uma cartilha mais adaptada ao contexto e desafios enfrentados com o objetivo de sensibilizar os/as professores/as com relação às existências dos/as estudantes trans e travestis. Este estudo visa não apenas documentar as dificuldades encontradas, mas também fornecer subsídios para a construção de abordagens mais eficazes e inclusivas no ambiente escolar.

³ A sigla abrange tanto a identidade de gênero como as sexualidades, tais como: Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e outras identidades sexuais e de gênero.

⁴ Os/as estudantes que são mencionados no decorrer deste trabalho, assim como a escola, tem os nomes preservados, ou seja, receberam codinomes.

2. NOVOS “ARES”: ENTRE ANGÚSTIAS E FRUSTRAÇÕES

Inicialmente, após as reuniões de orientação iniciadas em julho de 2022, decidimos realizar uma intervenção pedagógica como parte de um processo formativo abordando a temática de gênero, sexualidades e identidades com os/as docentes da escola onde atuei entre fevereiro de 2022 e janeiro de 2024. No entanto, antes de prosseguir, é relevante contextualizar o leitor sobre qual escola estamos discutindo.

A referida escola é situada na Grande Messejana, na cidade de Fortaleza/CE, e em período regular voltada para o Ensino Médio. Em 2020, totalizou 1.516 estudantes, funcionando os três turnos, incluindo o de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o quadro de 84 professores/as e 22 funcionários/as. Estruturalmente, possui um laboratório de informática, um laboratório de ciências e matemática, laboratório de Redação, que é dividido com a de PPDT (Projeto Professor Diretor de Turma), quadra poliesportiva, pátio coberto, pracinha, multimeios com Biblioteca e Banco de Livros Didáticos, auditório, além de salas da administração (direção, secretaria, coordenação, professores, arquivo, almoxarifado, cozinha) sob responsabilidade de 3 coordenadores e um diretor⁵.

Confesso que houve um impacto com relação à dinâmica da escola, pois minha pouca experiência havia sido construída em escolas de Tempo Integral com uma quantidade de profissionais e estudantes menores. Além disso, o tempo de almoço era de 1 hora, tendo a possibilidade de socialização maior entre os/as agentes que constroem o espaço escolar. O ritmo, as demandas e os desafios me pareciam triplicados, pois, ao passar de 5 turmas para mais de 10, enfrentei um aumento significativo no número de estudantes por sala. O constante salto de uma aula para outra, buscando atender as demandas das aulas e atividades extracurriculares, suscitou minha primeira angústia: *Será que vou conseguir dar conta?*

O que me chamou atenção ao entrar nas salas para ministrar as aulas de Sociologia foi que havia estudantes solicitando, na socialização escolar, serem

⁵ Informações retiradas do Projeto Político Pedagógico de 2020 disponibilizado em 23 de novembro de 2022.

chamados pelo nome social.⁶ Diferentemente do que aconteceu na escola anterior, em que apenas dois estudantes pediam para que os chamassem pelo nome social, na escola em questão, havia uma demanda maior. Quando o pedido era feito, para não esquecer, anotava no meu caderno o “nome morto”⁷ e, do lado, o nome social para que não houvesse o esquecimento na hora da frequência.

Quando os/as referidos/as estudantes eram citados na sala dos e das professores/as, eles/as eram chamados/as frequentemente pelo nome morto e, assim, era compartilhado entre os/as docentes que o/a nome no trato social não era aquele/a.

Embora a informação sobre o nome social fosse de conhecimento dos/as docentes, alguns insistiam em continuar chamando os/as estudantes pelo nome morto, o que gerava debates sobre quais critérios deveriam ser seguidos. Assim, minha outra angústia era: por que não adotar o uso do nome social?

Essa angústia estava associada a uma frustração: a escola, composta por seus agentes, não deveria acolher os/as estudantes? Portanto, o uso do nome social não seria fundamental para esse acolhimento?

Diante dessa realidade, nos pareceu ainda mais necessário um trabalho formativo para os/as docentes de todas as áreas do conhecimento (Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Linguagens e Códigos). Esse processo formativo consistiria em oficinas divididas em 4 blocos:

- 1) Conceito de gênero;
- 2) Conceito de sexualidades;
- 3) Pedagogia decolonial;
- 4) Democracia e cidadania.

O ponto de partida seria, naquele momento, a discussão de que não há como compreender o/a estudante como um ser hegemônico, pois, segundo lembra Michel Foucault (2014), existem formas de exercício de manutenção de poder no sentido de

⁶ É o modo como a pessoa se identifica e é reconhecida, chamada e denominada na sua comunidade e no meio social, uma vez que o seu nome civil, isto é, seu nome de registro não reflete a sua identidade de gênero.

⁷ Termo que se refere ao nome civil das pessoas transsexuais, travestis e transgêneros, que não revelam mais a forma como se enxergam e se reconhecem nas relações sociais. Usarei esse termo no decorrer da escrita, pois ele revela o peso em que o nome não revela a identidade e existências da referida população que reivindica.

uma normatividade⁸. Dessa forma, a discussão cabe a todas as áreas de conhecimento.

Desenhou-se como o objetivo de criar uma metodologia didático pedagógica decolonial sobre as vivências e existências dos/as jovens LGBT+ em que auxiliem os/as profissionais. O motivo dessa escolha baseou-se nos dados incipientes da pesquisa monográfica e dos relatos mencionados nas salas de aulas, a partir da eletiva de gênero e diversidade, nos anos de 2022 e 2023. As aulas ministradas da disciplina seriam as referências para as práticas das formações, a partir dos diálogos relatados em sala de aula, como é ser uma pessoa LGBT+ no espaço escolar e como isso interfere na permanência e no processo de se interessar pelo pelos conteúdos e processo de aprendizagem proposto pelo/a docente com o objetivo de sensibilizar os/as profissionais.

O percurso proposto também havia como consideração o mapeamento das legislações que embasam as discussões, bem como as orientações da Coordenadoria de Diversidade e Inclusão Educacional (CODIN)⁹. A respeito das orientações, no site oficial esclarece acerca da discussão com respaldo no PNDH:

(...) o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), além de outras diretrizes nacionais (Resoluções CNE/CEB nº 04/2010, nº 02/2012, Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/14) e estaduais (Constituição Estadual, art. 14, inc. III; Plano Estadual de Educação – Lei nº 16.025/16; Decreto nº 32.188/2017; e Plano de Governo 07 Cearás – 2015/2018), orienta que é papel do poder público estabelecer diretrizes curriculares para todos os níveis e modalidades de ensino da educação básica para a inclusão da temática de educação e cultura em Direitos Humanos, promovendo o reconhecimento e o respeito às diversidades de gênero, orientação sexual e identidade de gênero com educação igualitária, não discriminatória e democrática. (Diretriz 19, Objetivo Estratégico I, 2009, grifo da autora)

A necessidade do mapeamento vem com o objetivo de justificar a formação, sob horizonte de um compreendimento de saber sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar, perpassando a disciplina de referência do/a profissional. O que se encaminha para o segundo ponto, que se trata acerca de saber do tensionamento das discussões no cenário brasileiro e no currículo.

⁸ O normal lido socialmente são nos parâmetros de uma pessoa branca, heterossexual e cisgênera.

⁹ Buscam implementar ações de implementação e fortalecimento das Políticas de abrangência nas temáticas: Educação Escolar Indígena (EEI), Educação Escolar Quilombola (EEQ), Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER), Educação do Campo (EC), Educação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (EDHGS), Educação para Pessoas Privadas de Liberdade (EPPL) e Educação Especial (EE). Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/publicacoes_codin/ e <https://www.seduc.ce.gov.br/educacao-genero-e-sexualidade/>. Acesso em 14 de dezembro de 2023.

A estratégia inicial para as formações seria utilizar os momentos específicos das reuniões das áreas de conhecimento¹⁰. No que diz respeito às reuniões de humanas, não havia uma data fixa, tendo em vista que os horários dos/as profissionais eram divergentes. Nas quatro reuniões realizadas em 2022, dedicamo-nos à organização dos livros didáticos do novo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e à definição dos conteúdos que seriam abordados nas disciplinas. O contexto tornou evidente que, naquele momento, a formação não seria viável, dadas outras demandas prioritárias. Dessa forma, a interlocução com outras áreas de conhecimento não chegou a ser iniciada.

Portanto, o que foi realizado em 2022 foi a circunscrição de um referencial teórico por meio de leituras e observações participantes (LIMA, 2016) em sala de aula, com foco na eletiva de gênero e diversidade. Além disso, considerou-se a possibilidade de reservar um espaço mais extenso em 2023, para um diálogo mais abrangente com a gestão escolar, visando contribuir com discussões que ultrapassem o âmbito dos/as estudantes.

¹⁰ Consiste em reuniões organizadas pelo Professor Coordenador de Área (PCA) para alinhamento e definições de acordo com a disponibilidade de horário de trabalho dos/as docentes.

3. ENTRE OS DESAFIOS E PROPOSIÇÕES: INQUIETAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE O GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR

Anualmente, ocorre, em janeiro, a Jornada Pedagógica¹¹. Este é um momento muito oportuno para a aplicação de uma atividade formativa sensibilizadora, como a que vínhamos elaborando. No ano de 2023, a jornada se estruturou em três dias de informações sobre o calendário escolar (provas parciais e bimestrais, feriados e possíveis avaliações externas), orientações de como proceder com casos de indisciplinas e a reorganização escolar a partir da efetivação do Novo Ensino Médio. Neste primeiro momento, não houve espaço para debater projetos extracurriculares ou algo semelhante, ficando uma jornada puramente informativa.

O que chamou atenção entre as informações foi quando um membro da gestão escolar avisou que conversou com um profissional da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC/CE) a respeito do nome social, já que era uma questão que gerou dúvidas em 2022. As orientações foram: 1) Caso o/a professor/a chame pelo nome social, em caso de processo judicial é defensável juridicamente e 2) Não há uma orientação que obrigue o/a profissional a chamar pelo nome social caso o/a responsável do/a estudante não autorize.

No momento citado acima, me coloquei que pode gerar um momento embaraçoso caso chame pelo nome morto e que deveríamos repensar estratégias de não constranger o/a estudante, já que no pátio da escola tem um imenso letreiro com a frase “A escola é o *lugar de escuta e acolhimento*”, e assim indaguei: Como será um espaço de acolhimento se nego a existência do/a jovem? Ao final do comunicado, o coordenador orientou que os/as profissionais não chamem, mas também que evitassem o constrangimento de chamar pelo nome morto.

A situação tornou ainda mais difícil o uso do nome social na escola, pois ficou implícito um receio entre os profissionais de um possível processo por parte dos responsáveis. Esse “medo” é amplificado no cenário reconfigurado pelo estabelecimento do “pânico moral”, explicitado por Miskolci e Campana, 2017, no qual partes da sociedade passam a desconfiar e vigiar a escola.

¹¹ São dias de reuniões com os profissionais da educação que ocorrem antes do início letivo para planejar, orientar e discutir o calendário anual do ano em questão, bem como alinhar as ações pedagógicas.

Isso também complicou os diálogos informais nas salas dos professores, uma vez que o órgão orientador, detentor da formação "correta", já havia se posicionado dúbia. Durante esse ano, uma dúvida me incomodou: é possível um processo judicial por chamar o jovem pelo nome que ele deseja? Além disso, quem defenderá o profissional em caso de conflito com os responsáveis?

Confesso que iniciar o ano com essa orientação me entristeceu. O objetivo inicial era aplicar um questionário¹², que buscava compreender quais os entraves que os/as professores/as de diversas áreas de conhecimento tem com relação ao público LGBT+. Entretanto, no decorrer do ano letivo, fui engolida entre as angústias e a demanda de cumprimento das atividades do trabalho, das quais detalharei nos tópicos posteriores.

Diante das dificuldades e problemas, e como uma professora temporária, passei a agir estrategicamente (DUBET, 1994) para sobreviver no campo e poder lidar de algum modo com as vivências e existências dos/as jovens LGBT+, especificamente a demanda que saltava aos olhos, dos/as estudantes trans e travestis, no ambiente escolar sem deixar de me relacionar com os/as outros/as agentes que constroem a escola. Naquele momento, era preciso se aprofundar nas contradições e potencialidades do ambiente em que estava inserida e mais, as discussões de gênero, sexualidades e sua diversidade são um espaço de disputas de narrativas frente ao cenário brasileiro de uma onda conservadora e reacionária, ascendendo no ano de 2018.

Assim, a presente dissertação e intervenção pedagógica apresenta a construção de uma sequência didática realizada no ano de 2023, nas aulas de eletiva de gênero e diversidade, sob a perspectiva de uma didática para a pedagogia histórico-crítica de João Luiz Gasparin (2012) e com o objetivo de balizar uma cartilha de informação e sensibilização para os/as docentes da Rede de Ensino do Estado do Ceará. Concomitante, foram buscadas parcerias com outras instituições para contribuir, pensar os desafios e processos de resistências no cotidiano escolar.

3.1. Para início de conversa: Entendendo o gênero

As discussões teóricas sobre as sexualidades, identidades e as juventudes estão se tornando importantes dentro da nossa sociedade. As juventudes fazem

¹² Apêndice B.

parte do objeto de estudo das Ciências Sociais, que tenta compreender suas pluralidades e impactos na coletividade, e uma das formas de pensar tal categoria, é pensá-las no espaço escolar, entendendo que as sexualidades e as identidades são uma demanda cada vez mais presente e em constante disputa na contemporaneidade, perpassando todas as subjetividades por toda a vida, incluindo o espaço escolar.

A produção monográfica, como mencionada, confirmou as reflexões da Guacira Louro (2014), fazendo que o olhar fosse mais apurado, principalmente com relação aos/as docentes. Dessa forma, dei prosseguimento no mestrado com as inquietações e com o olhar direcionado no que diz respeito às juventudes, identidades e as sexualidades na escola acerca das vivências dos e das jovens estudantes trans e travestis no espaço escolar.

Aqui se destaca que a sociedade em que vivemos possui hierarquias que geram desigualdades sociais, principalmente com as raízes de uma estrutura colonial, branca, masculina, heterossexual e cisgênero¹³. As bases da colonialidade decidem quais corpos podem viver ou morrer. Para compreender melhor, tomemos a noção de colonialidade de Quijano:

(...) como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento e da produção do conhecimento” (2005, p. 121).

Aqui podemos refletir sobre o controle dos corpos, e se a condição desses corpos não forem branca e cisgênero? Se as condições dos corpos não forem heterossexuais? Como se garante a vivência dos corpos dissidentes no espaço escolar?

Levantando essas questões para os espaços escolares, os conteúdos curriculares e os livros didáticos¹⁴, comprehendo aqui que a estrutura social produz verdades sobre os corpos e como estes devem ser vividos, principalmente nos espaços institucionais e trago para a discussão as reflexões de Guacira Louro (2014) sobre as distinções e diferenças que o ambiente escolar faz.

¹³ Pessoas que se reconhecem com o gênero que foi designado na construção social.

¹⁴ Tomando como referência os livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais aplicadas (PNLD 2021) como o Moderna Plus, no livro Sociologia em Movimento) (PNLD 2018) e Sociologia de Maria Aparecida Bridi (PNLD 2018), livros que utilizei e utilizo na minha trajetória profissional.

Dessa forma, quando tive a oportunidade de trabalhar como temporária no ano de 2022 e 2023 em uma escola de Ensino Regular no bairro da Messejana, na cidade de Fortaleza, busquei refletir se existiam desafios outros sobre as juventudes LGBT+ no espaço escolar, principalmente no contexto de sala de aula. O primeiro momento, objeto desta pesquisa, que me saltou aos olhos foi devido a demanda de jovens informando acerca do uso do nome social, conforme os conflitos mencionados no tópico anterior.

Neste cenário, queremos frisar que os/as estudantes estavam pedindo que fossem chamados(as) no cotidiano escolar, sem precisar retificar o nome oficialmente nos sistemas oficiais, como na frequência, por exemplo. As discussões sobre chamar ou não chamar, iniciavam também nos conselhos de classe, quando o nome morto era mencionado. Mas de forma mais concreta, estava esperando as reuniões de área para propor uma formação, só que no ano de 2023, a área de humanas só teve uma reunião. Como incidir nas outras áreas de conhecimento, se não houve um alinhamento em Humanas?

Outro momento em 2022 que me chamou a atenção, e merece ser citado de forma mais detalhada, em uma aula de Sociologia no 2º ano, eu estava escrevendo tópicos do conteúdo no quadro e um estudante chegou até a mim, informando que gostaria de me entregar algo simbólico. Ele me entregou um papel que continha o meu desenho e a seguinte frase: “*Obrigado por lembrar o meu nome*”. O estudante era um menino transgênero e aquele ato me atravessou de diversas formas como docente. Ele confidenciou que era em poucas aulas que ele se sentia confortável para estar em sala e querer compreender o conteúdo, devido ao respeito sobre o seu nome social, pois uma das justificativas era o esquecimento com relação a quantidade de turmas que os/as docentes possuem. Além disso, os/as colegas afirmaram que quando os/as professores/as não o chamavam pelo nome social, faziam questão de ir lá corrigir, ou o próprio estudante não respondia, já que não era ele mesmo.

A ação “simbólica” mencionada é fruto de tensão escolar, inclusive de disputas de currículos. Como forma de buscar compreender, questionei sobre o motivo e gerou uma tensão na sala dos/as professores/as, pois há resistência de chamar pelo nome social, uma das justificativas se baseia na Lei Estadual de nº 16.946, de 2019 em que assegura o direito ao nome social nos serviços públicos e

privados no Estado do Ceará¹⁵. Em seus artigos 4º e 6º, respectivamente, informam, respectivamente:

A pessoa menor de 18 (dezoito) anos poderá manifestar o desejo, por escrito, de utilização do seu nome social, que será feita mediante autorização por escrito dos pais ou responsáveis ou por decisão judicial (...) Nos documentos oficiais, será utilizado o nome civil, acompanhado do nome social, havendo requerimento expresso da pessoa interessada.

Houve um debate informal na sala dos/as professores/as em que a demanda colocada nunca foi vivenciada de forma tão intensa no espaço escolar, e seria bom refletir sobre a participação dos/as responsáveis como menciona a lei, além das dúvidas em lidar com esse público não heterossexual. Entretanto, é importante frisar que as discussões de gênero, sexualidades e identidades já estão dadas no ambiente escolar, mesmo quando não verbalizadas. Para isso, reflito a partir de Guacira Louro (2014), quando menciona as divisões dos banheiros em feminino e masculino, nas divisões de filas de lanches em feminino e masculino, nas piadas que buscam ridicularizar quando perguntam para um menino “cadê seu namorado?”, no modo de se vestir quando colocam que as meninas não podem mostrar ombros por ser inadequado ao ambiente escolar, dentre outros. Louro a categoriza como “pedagogia da sexualidade”.

Dessa forma, como ficam as vivências desse/a jovem na escola? Como fica a permanência do/a estudante na sala de aula e ressignificação da aprendizagem dos conteúdos propostas pelas disciplinas, uma vez que sua existência é invisibilizada ou quando há um marcador de gênero? Como constroem as experiências do/a cidadão/ã jovem frente a comunidade escolar? Se a reivindicação do nome é no cotidiano escolar, a lei pode ser usada para restringir a identidade de gênero?

Para tentar responder, é necessário compreender a juventude como facetas plurais de socialização, considerando os diversos agrupamentos juvenis. Assim, podemos entender as subjetividades deles e delas, conforme discutido por Lima Filho (2014). Nos espaços escolares, encontramos jovens que vivenciam diferentes realidades, incluindo aquelas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais e outras diversas dissidências sexuais. A comunidade escolar se depara, assim, com

¹⁵

Disponível

em:

<https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/direitos-humanos-e-cidania/item/6725-lei-n-16-946-de-29-07-19-d-o-30-07-19#:~:text=mediante%20declara%C3%A7%C3%A3o%20escrita.-,Art.,respons%C3%A1veis%20ou%20por%20decis%C3%A3o%20judicial>. Acesso em 28 de nov. de 2023.

seres plurais, enfrentando tensões e desafios ao lidar com essas diversidades. A abordagem dos conteúdos das disciplinas torna-se fundamental para lidar com essas pluralidades, pois quando o conteúdo, independentemente da disciplina, não dialoga com a realidade e vivência do/a estudante, ocorre um distanciamento em relação à escola.

Diante do quadro teórico apresentado, é possível visualizar a necessidade de afirmação do espaço escolar por parte daqueles que se identificam como não-heterossexuais e possuem outras identidades de gênero. No entanto, observa-se uma tensão entre professores/as e estudantes, o que levanta a questão sobre as origens do conflito no contexto educacional. Além disso, o problema da nomeação pressupõe uma identificação que dialoga com a perspectiva de Bourdieu, no que diz respeito à desigualdade de distribuição de capital e poder simbólico (1989).

Assim que foi viável dentro da carga horária disponível, ofereci a disciplina eletiva de Gênero e Diversidade, nos anos de 2022 e 2023, além de atuar como professora de Sociologia para os 1º e 2º anos na Escola de Ensino Regular.

A eletiva de gênero e diversidade é ofertada apenas para os 1º anos de salas diversificadas. Como as aulas são um momento, prioritariamente, para discutir as sexualidades, gêneros e identidades, pude escutar em como há uma dificuldade de vivenciar as sexualidades e as identidades no cotidiano escolar. Isso me remete à discussão de Pierre Bourdieu (1998) em que entende que a escola produz desigualdades, a partir disso pode constatar que essas desigualdades se respaldam também nas sexualidades e identidades. Frente às desigualdades, as aulas buscam orientar, fortalecer e buscar estratégias com os/as estudantes no ambiente escolar.

3.2. Intervenção pedagógica: Em busca da efetivação da cidadania das vivências dos jovens trans e travesti no espaço escolar

O ambiente institucional começa a se deparar com uma multiplicidade de jovens que são fruto da sua condição juvenil, se referindo aqui como a “condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc” (DAYRELL, 2007, p. 1108). Visualizo com isso que as diferenças sociais vão se entrelaçar e fazer com que compreendamos os afetamentos de uma forma diferente em cada jovem e assim pensarmos os desafios, por exemplo, em que

jovens pobres e gays ou lésbicas podem vivenciar com as diversas facetas que as desigualdades sociais atravessam nos espaços escolares com suas especificidades, entendendo aqui que o processo de identificação dos e das jovens se encontram no espaço escolar também, tornando pertinente compartilhar a contribuição de Dayrell (2007) em que “a escola também assiste a um ruir dos seus muros, tornando-se mais permeável ao contexto social e suas influências.” (DAYRELL, 2007, p. 1115).

Com o processo de mudanças, a escola não se preparou para entender as juventudes em suas complexidades e “a lógica escolar parece invadir cada vez mais a sociedade, atingindo, principalmente, as crianças e jovens, reforçando ainda mais sua identidade como ‘alunos’, como se essa fosse sua condição natural” (DAYRELL, 2007, p. 1117).

Tal cenário de não preparação da escola se baliza ainda pelos dados alarmantes que encontramos sobre como são as vidas das pessoas LGBT+ no ambiente escolar. Uma pesquisa elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e realizada por Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) no ano de 2015, mostrou que 47% de estudantes sofreram algum tipo de discriminação de forma sistemática (*bullying*) e tais discriminações se referem a questão de gênero e orientação sexual. Destaca-se aqui a denominação de *bullying* na pesquisa, mas que podemos pensar como LGBTfobia. Qual cenário se cria para efetivação da cidadania para os(as) estudantes?

De acordo com Dossiê divulgado em 2022 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra)¹⁶, quando se trata da população transexual e travesti, é revelado que a escolaridade de pessoas transexuais é que aproximadamente 0,02% das pessoas trans estavam matriculadas na universidade. Os dados apontaram que 72% não concluíram o Ensino Médio, enquanto 56% não completaram o Ensino Fundamental. Esses números levam a reflexões, e conforme apontado por Bento (2008), quando se aborda essa população, não se trata simplesmente de evasão escolar, mas sim de um processo de expulsão.

É possível situar as tensões no cenário político brasileiro relacionadas à temática da eliminação das discussões de gênero e sexualidade, comumente referida como "ideologia de gênero". De acordo com seus defensores, essa narrativa

¹⁶

Disponível

em:

<https://docs.google.com/document/d/1C1SsmVBDZBE8fzNW-6MJ2MdLiy8rc2keP3Mlu3usqPU/edit>.
Acesso em 21 de dezembro de 2023.

sugere que há uma doutrinação destinada a ensinar crianças e jovens a serem lésbicas, gays ou transexuais, considerando a normalização a partir de pessoas heterossexuais e cisgêneras.

Como desdobramento desse conflito, o Congresso Nacional apresentou o Projeto de Lei nº 4893/2020, proposto pelo deputado federal Leo Motta, do Estado de Minas, filiado ao Partido Social Liberal (PSL). Esse projeto propõe tipificar como crime a conduta de quem, nas dependências das instituições de ensino, ouse propor no currículo escolar o que esse grupo chama de "ideologia de gênero". Uma das principais justificativas seria a preservação das crianças. Essa iniciativa opera na sociedade como um pânico moral, a qual é promovida uma retórica de que a sociedade está sob ameaça (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 739 e 740).

Mesmo que a ideia de "ideologia de gênero" não seja um conceito científico, e seu combate não conte com amparo de uma legislação nacional, ela se enraizou no imaginário social, especialmente na vida dos professores, que ficam apreensivos em relação a processos judiciais ao abordar questões como o nome social. Embora não exista um caso conhecido sobre isso repercutindo no Brasil, percebo o receio dos colegas em tratar do tema.

Com as experiências dentro da sala de aula e fora dela, pude escutar exposições em sala de aula que a sexualidade é um dado natural, o que faria as pessoas LGBT+ serem vistas como anormais, pois o referencial da naturalidade são corpos héteros, cisgêneros, brancos e ocidentais. Isso é o que propaga a discussão sobre a "ideologia de gênero" e que há uma disputa de sociedade. Esse tipo de concepção tem como consequência ações discriminatórias, o que podemos denominar atualmente de LGBTfobia, oprimindo e agredindo os corpos desviantes. A antropóloga Gayle Rubin (2017) nos ajuda a entender esses processos de opressão quando se refere aos enquadramentos sociais punitivos, e é preciso estarmos atentos(as) a essas dinâmicas de opressões exercidos na escola.

Entendendo que as sexualidades são uma demanda cada vez mais presente e em constante disputa na contemporaneidade, é relevante expor, também, os dados da Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil, coletados em 2016. Um relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) mostra que de 1.016 estudantes entrevistados(as) de todos os Estados, 60% deles(as) se sentiam inseguras(os) na

escola no último ano por causa da orientação sexual; 43% se sentiam inseguras(os) por causa de sua identidade/expressão de gênero (p. 19).

Na contramão dos(as) defensores(as) da “ideologia de gênero”, levanto os respaldos legais que nos apontam a importância de formação e discussão nas escolas acerca das temáticas que a eletiva de “gênero e diversidade” busca travar. Desse modo, destacamos a Lei nº 13.005, 25/06/14 da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE):

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação (...) Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento). estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude. 3.13) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão (PNE, 2014).¹⁷

Como se destaca, a importância de desenvolver formação continuada com os/as docentes para tornar a escola um espaço acolhedor. A execução de uma cartilha pode aguçar a necessidade de continuar o aprofundamento acerca do tema diante das demandas de atividades intensas da vida de professor/a do Ensino Médio. Além dos mencionados, Miskolci e Campana (2017) pontuam em 2011 a União Homoafetiva aprovado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o Projeto “Brasil sem Homofobia”, de 2004, e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT, de 2009. Contudo, isso não é algo consolidado, pois está em disputa. Isso nos leva a refletir que não cabe apresentar um conhecimento único de currículo baseado na normalização de uma verdade que diz o que é ser homem e mulher.

Isso perpassa por uma discussão que Arroyo (2011, p. 38) propõe e reflete que em “toda disputa por conhecimentos estão em jogo disputas por projetos de sociedade”. Portanto, precisam ser travados enfrentamentos de ousadias em relação

¹⁷ PNE em movimento. Disponível em <a href="http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-planonacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014. Acesso em 08 nov. 2022

a conteúdos que se tornam simplistas nos discursos dos conservadores. Isso apresenta, a nós docentes, um compromisso ético porque o currículo pode ser fruto de questionamentos na busca de perceber a sociedade plural e “é ético garantir o direito à diversidade de conhecimentos e de formas de pensar o real” (ARROYO, 2011, p. 40). Dessa forma, se torna imprescindível a questão de pensar uma metodologia que aponte caminhos, estratégias para conviver com a pluralidade das juventudes.

3.3. Gênero e diversidade e o evento “papo reto: opressão aqui não se cria”

A eletiva de gênero e diversidade faz parte do Catálogo de Unidades Curriculares Eletivas (UCE)¹⁸ da SEDUC e que soma aos Itinerários Formativos, que visam uma flexibilização da organização curricular do Ensino Médio. O catálogo é dividido em seis seções, entre elas: Linguagens e suas Tecnologias (LGG), Matemática e suas Tecnologias (MAT), Ciências da Natureza e suas Tecnologias (CNT), Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHS), Formação Profissional (FPR) e Clube Estudantil (CLE), e a eletiva se enquadra na CHS.

As Unidades Curriculares Eletivas (UCE) podem ser formadas por turmas mistas, a depender da organização da escola. No caso da escola regular, foi oferecida para os 1º anos, mas não foi composta dessa forma. No ano de 2023 foi oferecida para duas turmas diferentes de 1º ano, semestralmente. Os/as estudantes não realizaram a escolha da eletiva sob a justificativa organizacional, tendo em vista que há uma grande demanda para enturmar. Dada essa realidade, costumo olhar a proposta que se tem no catálogo e adaptar, tendo em vista que é a primeira vez que os/as estudantes terão contato, em sua maioria, com a disciplina de Sociologia. O catálogo oferece uma série de habilidades, objetos de conhecimento, justificativa e objetivos para cada eletiva. No que se refere ao objetivo geral, diz:

Possibilitar aos estudantes o conhecimento sobre gênero e diversidade para que, por meio das informações adquiridas, os discursos e as relações possam desnaturalizar os mais diversos tipos de preconceitos e situações discriminatórias, sobretudo a violência de gênero, a homofobia e a transfobia (p. 283).

¹⁸ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 17 de dezembro de 2023.

Para um primeiro contato, adiciono outros conceitos além da palavra desnaturalização. São eles: senso comum, estranhamento e a imaginação sociológica. Uso um exemplo da realidade, como o café a partir do exemplo do antropólogo Anthony Giddens, para começarmos a pensar analogamente a um elemento químico, semelhante a droga, que é usado no nosso dia a dia. Questiono à luz de Giddens: Como pode um café ser droga? Logo, nós somos seres “drogados”? Para partir para o movimento da ciência, tendo o exercício da Imaginação Sociológica. Após esse exercício, lanço a pergunta que é o objetivo das aulas: Ser homem e ser mulher é natural?

Para tanto, é necessário trabalhar com o conceito de sexo e gênero, na perspectiva do que o senso comum diz e também qual o exercício da Imaginação Sociológica se faz em torno da palavra gênero. Alinhado a isso, a contribuição se dá a partir do olhar de Simone de Beauvoir, com o livro “Segundo Sexo” (1949), no qual ela busca desnatularizar a categoria gênero. Para que os/as jovens possam pensar isso em seu cotidiano, costumo lançar uma ação hipotética, na qual narro: O cantor Wesley Safadão sofreu um acidente de moto e teve que se submeter a uma cirurgia de emergência para a remoção do pênis. Logo, pergunto: “Ele deixou de ser homem?”. Geralmente é unânime ouvir: “Não, porque ele continua sendo o que ele diz ser.”. Tal ação hipotética é alinhada de acordo com o pensamento de Beauvoir para compreender que se é uma construção social, não sendo algo ligado a uma genitália.

Ao mesmo tempo, é importante que os/as estudantes saibam que os/as marcadores de gênero influenciam em como devem ser os meninos e as meninas. Os principais influenciadores são: 1) Família, 2) Escola e 3) Igreja. Trabalhamos e refletimos em cima de frases, tais como: “engole o choro”, “cadê as namoradas?”, “fecha as pernas”, “não sabe lavar uma louça, como vai casar?”, “menino não se depila”, entre outras que são faladas e que marcam o gênero numa construção social. Esse momento é oportunizado para que os/as jovens se coloquem para dizer o que é dito nos lugares sociais, principalmente nas três instituições mencionadas. Chegamos à reflexão de como podem gerar violências quando se limita a como o gênero deve se comportar. Esse momento também serve para compreender que o gênero também é cultura.

O conceito de cultura é discutido a partir da contribuição de Margaret Mead, em “Sexo e Temperamento” (1935), para compreender que a ideia de gênero pode

mudar no espaço e tempo. Aqui também se vislumbra como objetivo que o gênero não seja algo estático e que não se resume a uma genitália, podendo ser plural. Além das autoras citadas para contextualizar as discussões propostas, compartilho com os/as discentes sobre os mecanismos legais que respaldam, as principais são: a Constituição Federal, em seu Artigo 3, afirma sobre os objetivos fundamentais da República, entre elas “*promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*”; a Constituição Estadual, em seu Artigo 14, “*defesa da igualdade e combate a qualquer forma de discriminação em razão de (...) doença, idade, atividade profissional, estado civil, classe social, sexo e orientação sexual*” e, por último, na Competência Geral 9 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹⁹, que nos informa:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (p.10)

Os dados legais vêm com o objetivo de fomentar a importância de discutir sobre essas temáticas na sala de aula, além de caso encontre desafios de discentes que tenham resistência ou discurso similares ao Escola Sem Partido (ESP), impulsionado pela extrema-direita no Brasil. Entretanto, ao que me parece, quando se escuta sobre os processos e desafios que os/as colegas de sala mencionam com relação ao gênero, há uma sensibilização para a compreensão da discussão.

Com as discussões de gênero levantadas, o que se evidencia é o conceito de interseccionalidade a partir de Carla Akotirene (2019), com o objetivo de entender a diversidade das mulheres, bem como as suas lutas, como o movimento feminista. Para iniciar a discussão, é pedido para que os/as jovens tragam uma imagem ou uma foto de uma mulher que inspirou a sua vida pessoal. Nesse momento, em círculos, os/as discentes mostram a foto e o motivo da inspiração. Os relatos são, geralmente, de mães ou avós solos e que trabalham bastante para que os/as filhos/as possam estudar. A partir dessa realidade, discutimos as pluralidades das mulheres, a conquista em poder trabalhar, os desafios de ser mãe solo e bem como as consequências que o gênero traz para a vida dessas mulheres. Geralmente, o

¹⁹

Disponível

em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em 17 de dezembro de 2023.

que se escuta são relatos de violência psicológica, física ou algo que se encaixa na Lei Maria da Penha, sofrido pelas mulheres. Nesse momento, abre-se a importância de discutir a Lei Maria da Penha e como identificar os tipos de violência, bem como denunciar.

O assunto direciona para mencionar que existem várias mulheres e que nem todo movimento feminista é igual, possuindo diversas vertentes. Além disso, abre margem para debater sobre as mulheres transexuais e travestis, compreendendo suas lutas e seus desafios nas categorias raça, classe, orientação sexual e gênero. Por último, se discute o movimento LGBT+, bem como seu histórico de luta e os desafios no ambiente escolar, corroborando com os discursos ouvidos e com os dados estatísticos, geralmente os/as estudantes usam palavras de xingamento como “veado” e similares para ofender os/as colegas, principalmente os/as colegas lidos como “afeminados”. O que se propõe com as aulas são os/as jovens refletirem o respeito à diversidade e que não sejam seus próprios opressores/as.

Como culminância da eletiva, neste ano de 2023, foi realizado com a turma do 1º semestre um evento intitulado “*Papo Reto: Opressão aqui não se cria*”²⁰. Os/as estudantes definiram, a partir da realidade em seu contexto escolar, que os assuntos importantes para serem debatidos eram: 1) Assédio e 2) LGBTfobia. Montamos um cronograma para realizar e os temas que conseguimos foram somente: 1) Debate sobre Assédio e seus tipos com uma advogada, professora da Rede Municipal de Fortaleza, e a confecção de cartazes expostos nos corredores da escola. Os dois debates sobre combate a violência de crianças e adolescentes e LGBTfobia na escola não foi possível por problemas de agendas com as debatedoras.

Na execução do evento houve dois contratemplos encontrados: o problema com um dos cartazes, que foi colocado na parede da escola com “A escola não tolera 10min de atraso, mas tolera assédio”. A denúncia revela os problemas enfrentados estruturalmente e a reflexão sociológica sobre como as instituições funcionam. O cartaz fazia parte da discussão sociológica sobre como a estrutura social é calcada na hiperssexualização do corpo da mulher e como consequência o machismo, mas houve incômodo entre membros da gestão escolar e outros/as professores/as e, assim, o ele foi retirado. Outro problema foi sobre a batalha de rap, se o teor na batalha de rap iriam ter “palavrões” e como se poderia “controlar” os/as jovens para evitar a cena. Foi conversado com a coordenação sobre o evento,

²⁰ Apêndice C

inclusive entregue em mãos o cronograma, mas houve uma resistência na execução da batalha de rap, gerando um desgaste.

Na próxima seção, ao abordar a experiência marcante que tive com a chegada do PIBID de Sociologia da UFC em nossa escola, viso refletir sobre as complexas dinâmicas que envolveram o projeto na escola no contexto das disputas em torno das questões de gênero, sexualidade e reconhecimento social. A inclusão do programa como um agente ativo na escola desencadeou uma série de eventos que não apenas revelaram ainda mais as tensões latentes, mas também forneceram uma oportunidade valiosa para examinar criticamente as relações entre os diferentes atores escolares e até pensar em novas estratégias de sensibilização.

Nesta próxima seção, apresentarei de forma concisa as nuances dessa experiência, destacando como o projeto se posicionou diante dos debates sobre identidade e diversidade na instituição. Além disso, ao assumir a posição de supervisora de um grupo composto por oito pibidianos, percebi que minha própria posição na escola foi alterada, trazendo consigo implicações que merecem uma análise reflexiva mais profunda. Esta dissertação busca proporcionar uma compreensão abrangente das transformações ocorridas e das implicações que permeiam a interseção entre a minha função de supervisora e as questões sensíveis que permeiam a escola.

3.4. Programa Institucional De Bolsas De Iniciação À Docência (PIBID)

O Núcleo do PIBID²¹ Messejana ingressou com 8 bolsistas na escola em Junho de 2023, quase perto das férias escolares. O objetivo de ter concorrido era, confesso, aliviar as dores e os desafios enfrentados no contexto escolar, mas, também incidir de forma qualitativa nas ações que envolvem a escola sob o olhar da Sociologia.

Retornamos à escola em agosto e traçamos estratégias de como incidir nas ações da escola a partir das necessidades pré existentes. Entre as demandas estavam:

²¹ Programa com oferecimento de bolsas de iniciação à docência aos/as discentes de cursos presenciais em Universidades Públicas que se dedicuem ao estágio nas escolas públicas. Integra a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, administrado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pibid>. Acesso em 18 de dezembro de 2023.

1) Acompanhar a eletiva de gênero e diversidade para perceber os discursos construídos em torno da temática, bem como ouvir as experiências dos/as estudantes LGBT+ no contexto escolar frente às resistências e tensões quando se depara com corpos abjetos²²;

2) A execução de atividades voltadas para o mês da Consciência Negra, na busca, também, de fomentar o letramento racial entre os/as docentes. A ação estava sendo construída desde junho com as professoras da Língua Estrangeira e de Sociologia (uma outra).

Além dessas, duas outras demandas surgiram no segundo semestre, que foram: as ações antifascistas e a construção da Olimpíada de Ciências do Estado do Ceará (OCHE) 2023.

A necessidade de promover ações de ensino antifascistas surgiu de uma situação crítica, da qual foram denunciadas que práticas que faziam apologia ao nazismo, incluindo a execução da saudação correspondente, havia ocorrido em uma turma, durante uma aula de Sociologia ministrada por outra professora. Diante dessa grave manifestação, o caso foi prontamente relatado pela professora ao órgão de coordenação, que, por sua vez, tomou medidas imediatas para abordar o problema. Uma das ações adotadas foi a comunicação com o PDT, visando a implementação de estratégias educativas para tratar das temáticas do nazismo e do fascismo.

A colaboração entre a coordenação e o PDT foi fundamental, não apenas para abordar o incidente específico, mas também para proporcionar uma reflexão mais ampla sobre as implicações dessas ideologias no contexto atual. Nesse sentido, o Núcleo do PIBID desempenhou um papel ativo ao entrar em contato com o PDT e propor uma abordagem pedagógica eficaz e participativa. A realização de uma aula dialógica e interativa pelos membros do PIBID contribuiu significativamente para envolver os/as estudantes na reflexão crítica sobre tais ideologias, buscando conscientizá-los sobre as consequências e os perigos associados a práticas fascistas. Este episódio ressalta a importância da colaboração entre diferentes setores educacionais para combater ativamente manifestações antidemocráticas e promover valores de tolerância e respeito no ambiente escolar.

²² É um conceito de Judith Butler em que se refere que não são corpos essencialistas na perspectiva binária de gênero. As principais obras que remetem a discussão são: *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização. Brasileira, 2003 e *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*, N-1 Edições; 1ª edição, 2019.

Foi elaborado pelos/as bolsistas um conjunto de planos de aulas para atuar, não somente na turma em questão, mas também em outras, de acordo com a disponibilidade de aula de Formação Cidadã e em algumas turmas de 1º e 2º anos. Foi desenvolvido o conceito de nazismo e fascismo e como dialoga com a realidade social, mesmo que o contexto histórico tenha passado. Utilizamos imagens Tricolor anfascista e do Ceará antifascista²³, com o objetivo de compreender que o futebol e política se misturam quando jogadores são atacados com discursos de ódio, e uma série de relatos foram mencionados para visualizarmos como a democracia ainda está em construção.

Posteriormente, relacionamos alguns filmes, como “Jojo Rabbit” e a obra “O Diário de Anne Frank”. Com os 2º anos, acrescentamos a discussão com o nazismo no Ceará, alinhando com o conceito de Direitos Humanos, temática trabalhada com a aula de Sociologia.

A segunda atividade que demandou nosso tempo foi a construção da OCHE, organizada pelo Instituto Federal do Estado do Ceará (IFCE). Orientamos, conjuntamente com um professor de Geografia, mais de 20 equipes em um total de 7.453 equipes inscritas do Estado do Ceará. Como não tínhamos reuniões de área para socializar as demandas, acabou que o núcleo ficou, durante dois meses, direcionado com esta atividade, tendo em vista que a Olimpíada é uma ponte de fortalecimento das Ciências Humanas, tão defasada nos governo de direita e de extrema-direita. As três primeiras fases foram compostas por questões de múltipla escolha, as quais demandou debates para respondê-las.

Na quarta fase, passaram apenas duas equipes com a responsabilidade de desenvolver um mini documentário sobre algum movimento social. Escolhemos dois: 1) Movimento MÃes e Familiares do Curió²⁴ e o 2) Coletivo Sabiá²⁵. Realizamos entrevistas, fomos até o local, tivemos reunião de edição e roteiro. A organização nos levou até a final, que consistiu em aulas sobre os diversos movimentos sociais para nos preparar para a prova discursiva. Consideramos que a penúltima e a última fase mostraram a importância da Sociologia para a participação em Olimpíadas e dessa forma, fomos medalhistas de bronze e de menção honrosa.

²³ Clubes do futebol do Fortaleza (TUF) e Ceará na construção de uma sociedade democrática.

²⁴ Movimento de Familiares que lutam por justiça e memória com relação a Chacina do Curió, vitimando 11 pessoas em 2015 no bairro do Curió, em Fortaleza/CE.

²⁵ Atua na localidade da Sabiaguaba, em Fortaleza/CE, desenvolvendo atividades educativas com relação ao meio ambiente.

No que diz respeito à eletiva de gênero e diversidade, bem como às intervenções, só conseguimos, enquanto Núcleo, a participação de duas bolsistas, e uma delas com o desenvolvimento e apresentação de um fascículo sobre gênero e feminismos. Como tivemos pouco apoio no sentido de desenvolver coletivamente as demandas, não conseguimos construir uma intervenção com os/as professores/as no sentido de sensibilizar de forma efetiva com relação às pautas dos/as estudantes LGBT+ no ambiente escolar.

3.5. “E se eu for processado?”: Preocupações docentes e processo formativo sobre a população trans e travesti

Em setembro de 2023, tive um “*insight*” para pesquisar quem foi o autor da Lei Estadual de nº 16.946/2019 para ver a viabilidade de realizar um debate sobre a contextualização, a justificativa, as garantias bem como a importância, pois existia a persistência no cotidiano escolar acerca do temeroso nome social. O objetivo de pensar, o parlamentar, e também advogado, traria um respaldo no debate, na perspectiva de diminuir as resistências que foram observadas no cotidiano escolar.

A Lei do nome social é de iniciativa do Deputado Estadual Renato Roseno (PSOL - Partido Socialismo e Liberdade). Descoberto, entrei em contato com sua assessoria, explicando a situação vivenciada pela escola e, de prontidão, nos deram o retorno informando que seria possível a presença do Deputado, inclusive pautando a questão dos direitos humanos com relação à temática. Posteriormente, entrei em contato com a gestão escolar, informando da minha iniciativa e apresentando duas propostas: 1) Debate sendo aberto para estudantes e professores, com inscrição prévia e limitada no auditório; 2) Aberto somente para professores/as, com o turno de aulas funcionando até o intervalo para que os/as docentes pudessem participar do momento, e optaram pela proposta dois.

Nas tentativas de mediar a agenda da escola com a do Deputado, ficou marcada a realização para o dia 20 de outubro de 2023, com a indicação da assessoria em participar na reflexão uma mulher trans travesti e professora efetiva de Ciências, da Rede Municipal de Fortaleza. Chegado o dia, fui informada pela assessoria que o Renato Roseno tinha uma agenda urgente e que o seu mandato estaria enviando o assessor da Comissão de Direitos Humanos, e assim foi realizado. Quando ele chegou, além de apresentá-lo à escola, expliquei sobre a

necessidade que se tinha em nome social, embora a temática da formação abarcasse outras pessoas dissidentes.

Estiveram presentes apenas os/as professores/as que dariam aula naquele turno e dia, sendo um pouco limitado, mas um passo importante. Iniciamos com uma rodada de apresentação e em seguida assessor e advogado, esclarecendo o que seria o nome de registro e o nome social, colocando como uma identidade. A referida Lei Estadual está baseada num conjunto de outras leis. Para embasar melhor a discussão, segue:

são embasadas nas legislações nacional e estadual vigente que garantem a promoção e a valorização da diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. Fazem parte dessas normativas: a Lei nº 16.481/2017, que cria a Semana Janaína Dutra de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero no estado do Ceará; a Lei nº 14.820/2010, que institucionaliza a Semana da Diversidade Sexual, Semana Luis Palhano Loiola (...) RESOLUÇÃO CEE nº 0463/2017, que dispõe sobre a inclusão do nome social, precedendo o nome civil de pessoas travestis e transexuais, no ato da expedição de declarações, certidões, históricos escolares, certificados, diplomas e quaisquer outros documentos oficiais, quando for o caso, por instituições de ensino da educação básica, educação profissional e do ensino superior do Sistema Estadual de Ensino do Ceará e dá outras providências.²⁶

Dessa forma, há uma diferença entre a solicitação para retificação nos documentos oficiais e quando se pede a socialização no espaço escolar. Quando adentrou nessa discussão, a professora debatedora mencionou que quando estava na graduação, em alguns momentos, saía o seu nome de registro, pois ela não havia entrado com o processo burocrático para retificação do nome social, mas isso não impedia que seu nome fosse respeitado na socialização. Alguns/as professores/as pediram uma orientação de como proceder quando o/a estudante for menor que 18 anos e também quando o/a responsável não autoriza, há risco de algum processo.

Para isso, o assessor usou um termo jurídico chamado do Direito Autodeterminação, a liberdade à dignidade, inclusive da própria identidade, mesmo que haja uma resistência e orientação dos/as responsáveis para não chamar no processo da própria socialização. Essa colocação está situada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)²⁷, que diz nos artigo 3 e 5:

²⁶ Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/10/edhgs.pdf>. Acesso em 19 de dezembro de 2023.

²⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 19 de dezembro de 2023.

a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (...) nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (grifo da autora)

O ECA, como é uma lei de instância maior, deve prevalecer, uma vez que a Lei Estadual não anula a possibilidade de chamar e que há uma série de implicações quando isso não é realizado. Uma das rotas seria sensibilizar os/as responsáveis e em último caso, fazer um trabalho em conjunto com o Conselho Tutelar. Além disso, pode parecer um pouco estranho a informação que se chega aos/as professores/as, pois é obrigação da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) se envolver quando se trata da retirada de direito da criança e do adolescente.

Para caminhar de acordo com o embasamento jurídico do advogado convidado, a professora efetiva relatou um caso com adolescentes do ensino fundamental na qual a responsável pediu para que a professora chamasse o estudante pelo nome social. A professora informou que nas aulas e no espaço escolar, o nome da criança/adolescente seria respeitado, uma vez que está assegurado no ECA. A professora chamou a responsabilidade dos/as professores/as no quesito que essas ações podem colaborar ou não para a permanência desse/a jovem no espaço escolar. Ela citou um pouco das suas experiências, inclusive que a maioria de suas amigas sequer terminaram o Ensino Fundamental, sobrando apenas o mundo da prostituição. Enfatizou não porque as suas amigas querem, e sim por não ter restado outra alternativa porque foram expulsas, inclusive da escola que deveria garantir sua permanência.

A palestrante, ao relatar seu percurso escolar e acadêmico, se emocionou algumas vezes por ser um processo doloroso. Embora houvesse toda essa discussão, alguns/as professores/as questionaram o motivo de ter chegado uma espécie de desinformação e que deveriam ser mais concisos quando se trata disso, pois há um medo de perseguição ou algo semelhante. Após a discussão, os convidados mencionaram que deveria haver uma cartilha de orientações da SEDUC acerca desses assuntos e que também o mandato do Deputado irá se informar e cobrar quais são as informações que chegam até os/as professores/as.

Apesar do debate e da informação ser repassada, mesmo que aos poucos, para os profissionais do ambiente escolar, ainda impera a orientação do coordenador no início do ano letivo, que no final, ficou “não vou chamar porque posso ser processado”. Logo ainda me faz questionar: medo e/ou uma forma de se sentir confortável em ter atos discriminatórios?

4. OS PERCURSOS METODOLÓGICOS E INSPIRAÇÕES: A SISTEMATIZAÇÃO ENTRE SER PROFESSORA E PESQUISADORA

Ao longo do meu percurso como educadora na Rede Pública Estadual do Ceará desde o ano de 2019, as aulas dedicadas aos temas de gênero e diversidade têm sido constantes fontes de reflexão e atualização das perspectivas para abordar as complexidades de gênero, sexualidade e diversidade sexual junto aos jovens. As diversas escolas por onde passei me proporcionaram experiências enriquecedoras, muitas das quais serviram de ponto de partida para uma contínua prática reflexiva na minha jornada como professora-pesquisadora, conforme sugerido por Bondía (2001).

Compreender a necessidade de desenvolver abordagens metodológicas que considerem a professora-pesquisadora é crucial, especialmente à luz das experiências pessoais que vivenciei. Essas experiências não apenas me expuseram a desafios e questionamentos, mas também foram fundamentais para minha própria transformação e crescimento.

Reconheço que as situações que enfrentei servem como motivos primordiais para aprofundar minha prática reflexiva enquanto pesquisadora, explorando não apenas o impacto dessas experiências no contexto educacional, como também as implicações mais amplas para a construção de ambientes escolares mais inclusivos e sensíveis às diversidades. Este processo contínuo de reflexão e atualização metodológica visa tanto minha própria formação profissional, como a promoção de práticas pedagógicas mais eficazes e centradas nas necessidades e realidades dos estudantes.

No 1º semestre de 2023, elaborei 4 planos²⁸ para as aulas na eletiva de gênero e diversidade com turma de 1º ano na perspectiva histórico-crítica de Luiz Gasparin (2012) sobre os seguintes temas:

- a) Gênero x Sexo;
- b) Movimento Feminista;
- c) População LGBT+ e a diversidade;
- d) A cidadania da população LGBT+.

²⁸ Apêndice A.

O objetivo das aulas era aguçar a imaginação sociológica (MILLS, 1972) e compreender como os jovens LGBT+ pensam e percebem suas existências no espaço escolar frente às tensões na disputa de um currículo.

As experiências que permearam minha trajetória como educadora, sobretudo no período 2022-2023, e que se revelaram fontes significativas de inspiração para o desenvolvimento dessa eletiva, agora se convertem em um valioso recurso para a elaboração de uma cartilha destinada aos professores e professoras do Estado do Ceará. Esta iniciativa visa proporcionar um guia abrangente e informacional, respaldado pelos conceitos-chave que orientam a discussão de gênero e sexualidade no contexto educacional, mas também principalmente sensibilizar os/as docentes e suas práticas pedagógicas.

A proposta de cartilha tem como fundamento uma apresentação sólida do tema com os objetivos e justificativas fundamentais para a introdução de debates sobre gênero e sexualidade nas escolas. Além disso, tem como indicações sobre as questões legais que sustentam essa abordagem, fornecendo aos docentes um referencial sólido para a promoção de um ambiente educacional inclusivo e respeitoso.

Um dos elementos centrais da cartilha é a apresentação conceitual sociológica de **sexo, gênero e sexualidade**, oferecendo uma orientação clara e precisa para os/as docentes em relação à linguagem apropriada ao abordar essas temáticas com os/as estudantes. A compreensão desses conceitos é essencial para criar um diálogo aberto e esclarecedor, assegurando que as interações entre educadores/as e alunos/as sejam pautadas pelo respeito mútuo e pela sensibilidade às diversidades.

A feitura desses elementos na cartilha oferece informações e recursos práticos importantes que capacitem os/as professores/as a abordar as questões de gênero e sexualidade de maneira construtiva e inclusiva, contribuindo para um ambiente escolar mais acolhedor e educativo.

Com o objetivo de sensibilizar os/as docentes, temos relatos de jovens estudantes acerca da sua vivência enquanto uma pessoa trans/travesti no ambiente escolar, principalmente quando se trata do nome social. Devido às experiências, colocamos ao longo da escrita desta dissertação, instituições e orientações, como ECA, no que diz respeito ao uso do nome social no convívio social, bem como estratégia de uma parceria com o conselho tutelar e outras instituições com o

objetivo de garantir a efetivação da cidadania dos/as jovens estudantes, sem o pânico moral.

A composição da cartilha é realizada a partir da sequência didática e dos relatos escutados no ambiente de sala de aula e no cotidiano da escola. Para tanto, foram realizados relatos etnográficos e, a cada escuta atenta, foram realizadas anotações para estruturar a pesquisa-ação (Thiolent, 1997) que fundamentam tanto a intervenção pedagógica como a cartilha. Com isso, destacamos que quando o/a docente alinha a realidade social do/a estudante com o modo de ensinar, a escola e o conteúdo se torna algo palpável, fazendo com que faça valer a pena permanecer, inclusive no exercício da cidadania.

4.1. Apresentação da cartilha: “Obrigada/o por chamar pelo meu nome”

A cartilha intitulada “*Obrigada/o por chamar pelo meu nome*” homenageia Paulo, um estudante trans do Ensino Médio que encontrei nas aulas de Sociologia quando estava angustiada, perdida e reflexiva sobre a minha prática e profissão de docente. Contudo, a homenagem se estende a todos e todas estudantes que serviram de inspiração para a realização desta escrita científica e aqueles que resistem com seus corpos não normativos.

O ano era 2022, o retorno das aulas presenciais após o contexto do ensino à distância (EAD) devido à pandemia. O processo de socialização dos/as estudantes estavam apáticos, distantes e um pouco aquém da realidade que o cercava. Eu entrava nas aulas de Sociologia questionando a minha didática devido ao distanciamento dos/as discentes nas aulas ou se era isso mesmo que eu queria para minha vida. Entrei na sala de aula do 2º ano para lecionar duas aulas de Sociologia e comecei a escrever no quadro branco, quando Paulo se aproxima me entregando um desenho meu realizado por ele que dizia “*obrigado por lembrar pelo meu nome*”²⁹.

A ação de Paulo me tocou profundamente e simplesmente o abracei porque deu um acalanto às minhas indagações enquanto docente, ao mesmo tempo, me entristeceu por confidenciar que nem todos os agentes da escola o chamavam como se identificavam. Dessa forma, a cartilha partilha as vivências de Paulo, Thayná e

²⁹ Anexo A.

Gabriel, além das indagações e reflexões que tive na eletiva de Gênero e Diversidade no período de 2022 a 2023.

A organização se baseia nos conceitos chaves de sexo, gênero e sexualidade desenvolvidas na sequência didática efetivada na Eletiva de Gênero e Diversidade. Ademais, buscou-se estruturar para abranger docentes da Rede do Estado do Ceará que não possuem conhecimento algum ou quase pouco nos conceitos que estruturam a realidade vivenciada nas escolas que atuam. Também foram consideradas a realidade que o/a professor/a se encontra, como por exemplo, as horas escassas e mal remuneradas para realizar formação continuada, fazendo que essa cartilha seja enfadonha e sim um convite e um despertar para orientar as práticas pedagógicas.

O primeiro capítulo “Noções de Gênero” destaca as discussões de sexo e gênero a partir das autoras Simone de Beauvoir e Margaret Mead e com exemplos e imagens de famosos ou do cotidiano para alinhar a realidade, destacando as questões históricas, sociais e culturais. Preocupou-se em explicar identidade de gênero para evitar confusões entre sexo, gênero e identidade, por isso destacamos a definição de cisgêneros, transexuais e travestis.

O segundo capítulo tem como foco a definição de sexualidade e orientação sexual, com os exemplos das pessoas heterossexuais, homossexuais, lésbicas, bissexuais, assexuais e pansexuais. O principal objetivo é a compreensão de que sexualidade não está relacionada com as identidades de gênero, fazendo com que se amplie as diversidades encontradas na sociedade e, consequentemente, na escola que estão inseridos.

O capítulo três descreve relatos das vivências de estudantes trans e travestis na escola, como forma de sensibilizar os/as docentes sobre como se sentem, sofrem e lidam com a negação da identidade, sobretudo, quando o nome social é esquecido ou há uma resistência em chamá-lo devido ao imaginário de processo judicial.

O último capítulo traz três indicações da SEDUC para aprofundar sobre a temática de gênero, sexualidades e direitos humanos, inclusive no livro e nas duas cartilhas relata os mecanismos legais quando se trata do nome social como forma de minimizar os conflitos existentes: chamar ou não chamar.

De forma operacional, a cartilha pode ter uma durabilidade de três encontros de uma hora, destinando um para cada capítulo. Caso queira trabalhar de forma minuciosa as indicações do último capítulo, deve-se acrescentar 6 encontros,

ficando dois encontros para cada obra indicada. Mas, cabe frisar, que é uma sugestão e deve considerar o contexto da escola e a necessidade de discussão do grupo de professores(as). A cartilha pode ser discutida nos encontros de reunião de área, uma vez por mês, pensando uma forma prática de garantir a formação continuada. Dessa forma, esta dissertação e cartilha é um convite à sensibilização, acolhimento e compreensão da diversidade humana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inquietações, angústias, parcerias e partilhas das vivências trans e travestis no espaço escolar foram fonte da prática reflexiva entre ser pesquisadora e professora. Construir a sistematização entre teoria científica e prática, quando está cotidianamente com 10 a 19 aulas por semana, significa pensar também como se efetiva uma formação continuada de qualidade quando a estrutura segue de uma forma a mecanizar e engolir as subjetividades do/a docente. Entretanto, não se pode negar as necessidades e reivindicações dos/as estudantes que buscam pela efetivação da cidadania. Por isso, é importante destacar a busca por estratégias e parcerias para travar as disputas no espaço escolar.

O reconhecimento pelas identidades estão cada vez mais próximas, se não atreladas, a vontade do/a discente querer estar na escola e, sobretudo, ressignificar os conteúdos fornecidos em sala de aula. A pergunta é clara: “Como querer e permanecer em um ambiente que não respeita a minha cidadania?”. Os agentes inseridos na escola modificam a realidade, muitas vezes, não atreladas às construções coletivas, as teorias/conceitos construída de forma histórica e ética, mecanismos legais que norteiam as vidas dos/as jovens, como por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

É evidente que as discussões sobre sexo, gênero e sexualidade estão em disputas e a narrativa religiosa predomina junto ao senso comum sobre as noções científicas e práticas da cidadania. A discussão de gênero é capitaneada por setores conservadores, montado, também, por católicos e evangélicos que instauraram um pânico moral sobre aqueles que ousam trabalhar isso na sala de aula. Orientam de uso de gravação e denúncia de professores/as que seguem as recomendações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do PPP³⁰, ECA e outras legislações e instituições que fundamentam a democracia. Assim sendo, na verdade, não importa seguir a cartilha da democracia e sim gerar um pânico, mal estar, medo e ódio à diversidade que constrói a sociedade.

Acredito que através dos relatos, dos entraves, dos desafios e da realidade não romantizada de uma docente possa sensibilizar os/as docentes a pensar sobre

³⁰ Projeto Político Pedagógico é um conjunto de propostas, estratégias educacionais e metodologias que orientam a escola na busca de formar cidadãos ativos.

as práticas pedagógicas frente às necessidades dos/as estudantes. Cabe frisar que não acredito em uma receita de bolo e muito menos gerar um sentimento de culpabilização no/a leitor/a, mas sim o de fazer refletir e chamar a atenção para a responsabilidade do ofício de ser docente. O que se busca é a construção de um espaço escolar que não seja violento para determinados tipos de corpos e identidades. Para tanto, é necessário que os/as docentes enxerguem as possibilidades das existências e para isso comproendo que só é possível quando damos ouvidos às suas necessidades, assim formando lugares em que os(as) estudantes desejam estar, aprender e construir-se enquanto sujeitos críticos e cidadãos.

O nosso ofício tem uma responsabilidade ética e moral com os sujeitos que queremos para sociedade. Não há espaço para sujeitos que pensem de forma igual, uniforme e estável, pois vai na contramão da pluralidade da construção da democracia. Os/as estudantes colocam em evidência o papel da escola e dos seus agentes, colocam na mesa discussões e um currículo que seja inclusivo e verdadeiramente justo.

A Sociologia oferece arcabouços teóricos e práticas pedagógicas que fundamentam as existências e contribuem para o currículo diversificado da BNCC, tornando-a importante sua permanência. Isso se tornou evidente com a realização da intervenção pedagógica, da cartilha e das parcerias; mais do que isso: fez com que me fortalecesse enquanto profissional, apesar de ainda ter angústias e dúvidas sobre o futuro. Então, fica a sensibilização, as afetividades, os encontros, as parcerias, angústias, lutas e anseios de viver e construir um ambiente escolar saudável.

6. REFERÊNCIAS

- ANTRA. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. **Bruna G. Benevides (Org).** – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, p,45, 2022.
- ARROYO, Miguel. **Curriculum, território em disputa.** Editora Vozes, 2011.
- BENTO, B. **O que é transexualidade.** São Paulo; Brasiliense, 2008.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas.** vol.19, n.2, 2011
- BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ. (19)**, Abr 2002.
- BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora e as desigualdades frente à escola e à cultura. In: CATANI, A.(org). **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **O poder simbólico.** EDITORA IIERTRANt> BRASIL. S.A, 1989.
- BRASIL. DECRETO Nº 7.037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009. **Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências,** Diretriz 19, Objetivo Estratégico I, 2009.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Editora Civilização. Brasileira, 2003.
- _____. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo".** N-1 Edições; 1^a edição, 2019.
- DAYRELL, Juarez. **A Escola “Faz” as Juventudes? Reflexões em torno da Socialização Juvenil.** Educ. Soc. Campinas, vol. 28, n. 100, p. 1105 – 1128, 2007.
- DUBET, François. **Sociologia da experiência.** © Editions du Seull, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão.** Editora Vozes; 42º edição, 2014.
- GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática Para a Pedagogia Histórico-crítica.** Autores Associados; 5^a edição - 5^a edição - Edição revista, 2012.
- LIMA FILHO, Irapuan Peixoto Lima. Culturas juvenis e agrupamentos na escola: entre adesões e conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 103 – 118, 2014.
- LIMA, Márcia. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. **O uso da entrevista na pesquisa empírica.** Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016. p. 24-41.
- LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MILLS, C. W. **A imaginação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MISKOLCI, Richard. CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 3**, Setembro/Dezembro 2017.

PeNSE 2015. **Pesquisa nacional de saúde do escolar**. IBGE: Rio de Janeiro, 2016.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

ANEXO A**ANEXO A - DESENHO ARTÍSTICO**

APÊNDICES

APÊNDICE A - PLANO DE AULA NA METODOLOGIA DE GASPARIN

Tema/Conceito: Gênero

Título: Gênero x Natureza: Ser homem e mulher é natural?

Carga horária da aula: 2h/a

Turma: 1º ano do Ensino Médio

Professora: Ingrid Pontes de Macedo

1. PRÁTICA SOCIAL

Objetivo geral: Construir o conceito de gênero e suas consequências na sociedade contemporânea.

Objetivos específicos:

- a) Refletir sobre a construção de gênero conceitualmente e na sociedade.
- b) Perceber que os marcadores sociais naturalizam a condição do gênero.
- c) Compreender que o gênero são construções sociais e históricas.

1.2. O QUE JÁ SABEM OS ALUNOS?

a) No senso comum, a questão de gênero está associada a ideia do sexo biológico. Pressupõe-se que homem e mulher são os que possuem a genitália masculina e feminina, limitando-se à contribuição da biologia. Também pode atrelar-se à questão da sexualidade, em que gênero são os homens gays e mulheres lésbicas. Nesse sentido, se presume a questão da identidade sexual, confundido com a questão do sexo. Geralmente, os homens gays são aqueles que desejam se assemelhar às mulheres e assim ocorre de forma contrária com relação às mulheres lésbicas.

b) A Igreja, a escola e a família apresentam que homem e mulher estão interligadas ao sexo biológico. Por exemplo, na questão da discussão dentro da Igreja Protestante, Deus fez o homem para a mulher e vice-versa. Na escola os banheiros são separados no sexo feminino e masculino.

c) O conceito de desnaturalização, no que tange em entender que os fenômenos sociais são históricos e culturais, pode ajudar a construir a ideia de perceber o gênero para além da questão biológica. Além disso, o conceito de cultura aprendido no 1º ano do Ensino Médio, em que percebe-se que a questão cultural é modificável ao longo da história humana de acordo com a necessidade da realidade, pode ser

importante para compreender o conceito de gênero pela Simone de Beauvoir e Margaret Mead.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

Discussão sobre a questão de gênero

2.1. O que é ser homem e mulher? Como as instituições (escola e família) pensam a noção de homem e mulher? Quais expectativas são criadas socialmente para homens e mulheres? Por que criamos as expectativas de gênero atreladas somente ao sexo biológico? Qual a necessidade de discutir sobre a temática de gênero? Qual a importância da contribuição das pensadoras Simone de Beauvoir e Margaret Mead?

2.2. A dimensão dos conteúdos

Conceitual/científico: O que é gênero?

São construções sociais, históricas, psicológicas, culturais e expectativas geradas. O destino anatômico não explica todos os comportamentos de homens e mulheres.

Dimensão teórica: Quem foram as autoras que contribuíram para a discussão? A filósofa Simone de Beauvoir e a antropóloga estadunidense Margaret Mead.

Jurídica: Todos e todas têm o direito de ser quem são? O que a Constituição Federal de 1988 diz?

Histórica: Qual a construção histórica de pensar o homem e a mulher? Como a sociedade ocidental é estruturada em termos da relação de gênero? Apresentar a contribuição da antropóloga estadunidense Margaret Mead com as tribos da Papua-Nova Guiné em seu livro “Sexo e Temperamento” em que apresenta os comportamentos de homens e mulheres que fogem da expectativa cultural da autora. Nesse sentido, se comprehende que homens e mulheres podem ser diversos.

Religiosa: Qual o papel das religiões na influência da expectativa de gênero na sociedade brasileira?

Educacional: Qual o papel da educação/escola?

3. INSTRUMENTALIZAÇÃO

Dia: 06/05/2022

Horário	Ação	Recursos

08h20min	Iniciar a aula com o título da aula: Gênero x Natureza: Ser homem e mulher é natural? Acrescentando: o que é gênero?	Pincel e quadro para anotar as as chuvas de ideais.
08h30min	Expor o conceito de gênero com a Simone de Beauvoir e ver as contribuições do início da aula. Contrapõe-se a definição do sexo biológico que se baseia na ideia genotípica do nascimento, de reprodução, físicas e fisiológicas. Exemplo hipotético com o cantor Wesley Safadão.	Slide/notebook e projetor.
08h45min	Discutir com os marcadores sociais (Família, Religião e Escola) influenciam na expectativa de gênero.	Slide/notebook e projetor.

08h55min	Expor a contribuição de Margaret Mead. Exemplo do homem francês do século XVIII.	Slide/notebook e projetor.
9h00min 9h40	Finalização da aula com o que aprendemos na aula. Atividade: 1) Trabalhar uma música para refletir sobre a questão de gênero na atualidade.	Projeção do slide.

4. CATARSE

4.1. Elaboração mental da síntese do/a estudante

O/a estudante deve definir gênero na perspectiva social, cultural, psicológica. Perceber a diferença de sexo biológico e gênero. Deve compreender a ideia de ser homem e mulher na dimensão histórica e cultural, relacionando com a contribuição da antropóloga Margaret Mead quando analisa as tribos na Oceania.

4.2. Expressão da síntese

Analizar a música “Lalá”, da rapper Karol Conká, à luz das contribuições de Margaret Mead e Simone de Beauvoir.

5. PRÁTICA SOCIAL FINAL

5.1. Nova postura prática

- a) Analisar criticamente as expectativas dos marcadores sociais (Escola, Igreja e Família). b) Respeitar as formas de ser homem e mulher nas diversas culturas.

5.2. Ações do/a estudante

- a) Atentar-se para as práticas de reprodução machistas que reforçam a expectativa de gênero. b) Refletir sobre as ações LGBTfóbicas com auxílio do conceito de gênero.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

B. Simone de. O segundo sexo. Nova Fronteira; 5^a edição, 2020.

Giddens, Anthony. Conceitos essenciais da sociologia / Anthony Giddens, Philip W. Sutton; tradução Claudia Freire. – 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

PIRES, Afrânio Silva • Bruno Loureiro • Cassia Miranda • Fátima Ferreira • Lier Ferreira • Marcela M. Serrano • Marcelo Araújo • Marcelo Costa • Martha Nogueira • Otair Fernandes de Oliveira • Paula Menezes • Raphael M. C. Corrêa • Rodrigo Pain • Rogério Lima • Tatiana Bukowitz • Thiago Esteves • Vinicius Mayo. et al. Sociologia em Movimento. p.332-334. 2. ed. São Paulo: Moderna, v. volume único, 2016.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES(AS)

1. Gênero: () Homem, () Mulher, () Transgênero, () Transexual, () Travesti, () Não binário, () Outros.

2. Orientação sexual: () Hétero, () Lésbica, () Gay, () Bissexual, () Pansexual, () Assexual, () Outros.

3. Idade: () 20-30, () 31- 40, () 41-50, () 51-50, () 61-70, () 71 - 80

4. Vínculo empregatício: () Efetivo(a), () Temporário(a)

5. Carga Horária

6. Área de atuação: () Linguagens e suas Tecnologias, () Matemática e suas Tecnologias, () Ciências da Natureza e suas Tecnologias, () Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

7. Escolaridade () Ensino Superior Incompleto, () Ensino Superior Completo, () Especialização, () Mestrado, () Doutorado

8. Religião: () Catolicismo, () Protestantismo, () Umbandista, () Candomblecista, () Espírita, Outros ()

9. Há quanto tempo está na Rede Pública de Ensino?

- 10 Na sua graduação você teve alguma disciplina acerca da discussão de gênero e sexualidade?
(observação: Se SIM, justificativa)

11. Considera importante a escola discutir sobre gênero e sexualidade na escola?

12. Você se considera preconceituoso(a)/LGBTfóbico? (Nota de explicação: Explicar o que é LGBTfobia)

13. Já presenciou LGBTfobia na escola? (Citar exemplos na descrição. Se a resposta for SIM, abrir para descrever as situações presenciadas)

Escola de 0 a 5 (concordo, concordo parcialmente, discordo, discordo parcialmente)

15. A população LGBTI+ querem privilégios. Os direitos devem ser iguais para todos porque somos todos iguais.

16. O uso do banheiro escolar deve ser feito de acordo com a identidade de gênero do(a) estudante.

17. Não acho que chamar o/a estudante pelo nome civil quando se tem o nome social é preconceito.

18. O(a) estudante LGBTI+ deve ter acompanhamento psicológico devido sua orientação sexual ou identidade de gênero.

19. Saber como o/a estudante transgênero quer ser chamado é importante para a dinâmica da aula.

20. Para minha área de conhecimento é importante saber sobre gênero e sexualidade.

APÊNDICE C - PROGRAMAÇÃO DO EVENTO “PAPO RETO: OPRESSÃO AQUI NÃO SE CRIA”

18/05:

Horário a confirmar

bate papo sobre o combate à violência contra a criança e o adolescente. Com Tharrara Rodrigues, advogada e membro da Procuradoria Especial da Mulher da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

19/05:

10h às 11h no auditório

Debatedora:

Louise Santana

Professora da Rede Municipal de Fortaleza

Especialista em Gestão e Orientação Educacional

Bacharel em Direito

Confecção do mural

26/05:

Possível debate com a professora Fernanda Morais de combate a LGBTfobia na Escola

Colagem da placa da Lei Estadual do Estado do Ceará



AVISO
 É EXPRESSAMENTE PROIBIDA
 A PRÁTICA DE DISCRIMINAÇÃO
 POR ORIENTAÇÃO SEXUAL OU
 IDENTIDADE DE GÊNERO.

LGBTFOBIA É CRIME PREVISTO NA LEI 7716/89



Hora do Intervalo: Batalha de Rima com o apresentador MC (João Neri do 3°C)

02/06:

8h às 9h30: Colagem do mural na Escola

Hora do Intervalo/Encerramento: Poesia - Combate de Assédio e LGBTfobia na Escola.

Responsáveis de passagens em sala da divulgação do evento: Os/as próprios/as estudantes.

**ALEXANDRE JERONIMO CORREIA LIMA
INGRID PONTES DE MACEDO**

CARTILHA

**“OBRIGADA(O) POR CHAMAR PELO MEU
NOME”**

**RELATOS DE
SENSIBILIZAÇÃO
E ACOLHIMENTO
NA ESCOLA**



DESCRIÇÃO TÉCNICA

Projeto Gráfico

Ingrid Pontes de Macedo

Professor Orientador:

Alexandre Jeronimo Correia
Lima

Público Alvo

Docentes da Rede Estadual de
Ensino do Ceará

Instituição de Ensino

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza, 2024

SOBRE OS AUTORES



Alexandre Jerônimo é professor adjunto do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, da área de Teoria e Prática de Ensino em Ciências Sociais. Doutor em Sociologia pela UFPR e fascinado pelo Ensino da Sociologia.

Ingrid Pontes é professora da Rede de Ensino do Estado do Ceará. Mestra pelo Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional da Universidade Federal do Ceará (ProfSocio-UFC) e encantada pela sala de aula.

SUMÁRIO

Apresentação	05
Noções de Gênero	07
Conceito de Sexualidades	14
Relatos de vidas	16
Indicações	21

Apresentação

Caros(as) docentes,

É com grande satisfação e alegria que apresentamos a cartilha intitulada “obrigado(a) por chamar pelo meu nome”, com o objetivo de sensibilizar e partilhar com os(as) professores e professoras acerca das histórias e vivências dos(as) estudantes trans e travestis no espaço escolar.

A cartilha é fruto de vivências, inquietações e reflexões do ser docente, que culminou na dissertação intitulada “Uma cartilha para o acolhimento de estudantes trans e travestis a partir de uma intervenção pedagógica entre o currículo vivido e o formal em uma escola de Ensino Médio de Fortaleza”. Para tanto, foi realizada uma sequência didática na eletiva de Gênero e Diversidade, nos anos 2022 e 2023, e outras experiências no cotidiano institucional em uma escola de periferia de Fortaleza.

Na sequência didática, foram trabalhados com estudantes do Ensino Médio, que possuem um codinome, os seguintes temas: Gênero, Sexualidades e Cidadania dos grupos sociais que compõem a diversidade da sociedade brasileira.

No decorrer da sequência didática foram ouvidos relatos de estudantes LGBT+, sobretudo de estudantes trans e travestis no que diz respeito ao uso do nome social na socialização escolar, principalmente quando não são autorizados pelos responsáveis.

Compreendemos que existem medos, dúvidas e angústias no que diz respeito ao amparo legal. Tendo em vista essa mistura de sentimentos, a cartilha indica algumas produções e orientações da Coordenaria de Educação em Direitos Humanos, Inclusão e Acessibilidade - COEDH e da Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional (Codin), que abriga a política de Educação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (EDHGS) da Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC/CE, como forma de diminuir os medos e respaldar as práticas pedagógicas com o acolhimento necessário.

O principal objetivo é voltado aos relatos para o acolhimento dos(as) estudantes trans e travestis, para além dos mecanismos legais. Acreditamos que o acolhimento, a escuta, o afeto e a (in)formação são armas pedagógicas para garantir o desenvolvimento pleno das atividades curriculares e a inclusão dos(as) estudantes na escola.

Boa leitura!

Noções de gênero

No imaginário social, quando pensamos em uma mulher, atribuímos geralmente as características de sensível, carinhosa e com habilidades para os afazeres domésticos. Já quando pensamos no homem, nos atemos a falas grosseiras, que não demonstra sentimento ou afeto.

As noções de homem e mulher estão ligadas principalmente ao sexo biológico, quando descobrimos no ultrassom o órgão genital e, a partir disso, elencamos uma série de comportamentos e vestimentas aquele(a) criança. O chá revelação de um bebê é um exemplo de como já imaginamos e como deve ser uma **menina** e um **menino**.



Aqui não queremos negar que isso existe e muito menos abolir os imaginários construídos, mas sim contribuir com conceitos e autoras que nos auxiliam a compreender a diversidade com a qual nos deparamos na sociedade e, consequentemente, na escola em que atuamos.

No século XX, tivemos uma pensadora e filósofa chamada Simone de Beauvoir que significou a categoria gênero. Ela destacou que ser mulher e homem na sociedade partem de construções históricas, culturais, psicológicas, sociais e expectativas também constroem sobre.

Os estudos partem do livro "Segundo Sexo" (1949). Ela buscava descartar qualquer determinação "natural". O destino anatômico não explicava todos os comportamentos de homens e mulheres.

Com isso, podemos entender que **sexo biológico** é **diferente** de **gênero**. O primeiro liga-se somente às questões anatômicas e o segundo inclui as questões sociais, culturais e históricas.

Vamos ver alguns exemplos?



“
NÃO SE NASCE
UMA MULHER,
TORMA-SE
MULHER

Exemplo 01

Na **perspectiva histórica e cultural**, temos representada na imagem do Rei Luís XVI. Os homens usavam perucas, pó de arroz no rosto, caudas longas e o que entendemos hoje de um pequeno salto.



Exemplo 02

Na **perspectiva simbólica e cultural**, temos representada o Rei Charles III e a rainha consorte Camila do Reino Unido, sob o uso de uma saia em espécie de lã. A peça é usada quando o rei está na Província Britânica ou em casamentos, funerais e festas.

Dessa forma, é notório que podemos pensar diversas possibilidades de ser homem e mulher na sociedade, fazendo com que o **gênero** seja **mutável, transitório e dinâmico**. Por isso que poderia caber outros exemplos, como um de nossos estudantes.

Nos estudos antropológicos, temos a contribuição da estadunidense Margaret Mead em seu livro "Sexo e temperamento", de 1935. Esta analisou três tribos diferentes na Papua-Nova Guiné (Oceania) no século XX, entre os quais ela destaca:



- I) Tribo¹ Arapesh: Homens e mulheres com comportamentos dóceis, carinhosos, afetivos e sutis.
- II) Tribo Mundugumor: Homens e mulheres agressivos e dominadores.
- III) Tribo Tchambuli: Homens dóceis e mulheres agressivas e dominadoras.

Na perspectiva sociocultural, temos a brasileira e pensadora Guacira Louro, Judith Butler, Joan Scott e várias cientistas que contribuem e contribuíram pensar a mobilidade do **gênero**. É possível, por exemplo, meninos brincarem de bonecas, meninas de carrinhos ou gostar de super-heróis, simplesmente. Brincar é ser e estar livre, assim construindo seres múltiplos de **identidades**.



¹ Termo usado no contexto da escrita da autora.

Outro conceito-chave para nos aprofundarmos nas diversidades é a **identidade de gênero**.

é como a pessoa se enxerga, podendo se identificar com traços femininos ou masculinos, como podem ser os dois. A identificação não precisa obrigatoriamente estar atrelado ao sexo biológico.

Dentro da definição acima, temos as pessoas **cisgêneros** e **transgêneros**.



são pessoas que se identificam com o sexo biológico a que foi designado quando nasceu e normalmente com os padrões de vestes e etc.



são pessoas que não se identificam com o gênero que foi atribuído ao nascer. Exemplo de um indivíduo que cresceu com a genitália masculina, mas se identifica com o gênero feminino.

Vamos ver alguns exemplos?

Exemplo 03

Lázaro Ramos



João Guilherme

Lázaro Ramos, é ator, apresentador, ativista, escritor e cineasta brasileiro. Um exemplo de um homem cisgênero, assim como o ator João Guilherme, que adere o cropped para expressar a moda.



Maya Massafera

Lina, mais conhecida como Linn da Quebrada, é uma cantora, compositora, atriz e travesti; e Maya Massafera, é uma produtora de moda, apresentadora de televisão, youtuber brasileira e trans.

Lina



Para compreender a população trans, existe um conceito chamado de **transgêneridade**. Temos o exemplo de Lina, que se identifica enquanto travesti que nasce com o sexo biológico masculino, mas busca uma **identidade feminina** e com as características da **feminilidade**.

As travestis não sentem a necessidade da redesignação sexual. Mas, no caso de Maya, uma **trans**, ocorreu a necessidade da redesignação, ou seja, não se identificou com o gênero que foi atribuído em seu nascimento.

Cabe **destacar** que nem toda pessoa trans sente a necessidade de transicionar. Na dúvida, **pergunte o pronome** pelo qual a pessoa gostaria de ser chamada.



Conceito de Sexualidades

As sexualidades, no campo da orientação sexual, estão ligadas à atração, desejo sexual, afeto e não afeto. É como as pessoas se relacionam umas com as outras. Costumamos dizer que é por onde seu coração bate mais forte.

Entre as orientações sexuais, destacamos: **heterossexual**, **homossexual**, **lésbica**, **bissexual**, **assexual**, **pansexual** e entre outras. Ou seja, se lembrarmos do capítulo anterior, já podemos perceber que gênero tem uma definição diferente das sexualidades, nos fazendo ampliar a capacidade que as diversidades, principalmente no espaço escolar, podem ser vastas.

- 1) **Heterossexual:** Atração pelo gênero oposto. Então dessa forma, o João, é um homem cis e heterossexual, pois atualmente se relaciona somente com mulheres.



- 2) **Homossexual:** Atração pelo mesmo gênero, podendo ser um homem cis ou trans.

- 3) **Lésbica:** Atração pelo mesmo gênero, podendo ser uma mulher cis ou trans.



5) **Assexual:** Tem pouca ou nenhuma atração sexual. Isso não implica que não possa se apaixonar, apaixonar ou etc.

4) **Bissexual:** Atração por ambos os gêneros.



6) **Pansexual:** Atração independente do gênero das pessoas.

As definições não são estáticas. É bom lembrarmos que a ciência e assim o corpo, gênero e a sexualidade são móveis. O objetivo é pensarmos nas diversidades.

As sociabilidades juvenis variam e nos trazem isso cotidianamente, seja na sala de aula, nos corredores, no auditório, na biblioteca etc, no que diz respeito às identidades, sexualidades e do gênero. A educação nos desafia para conhecer, aprender, afetar, encantar e **acolher**.



Relatos de vidas

"Quem sabe ontem eu pudesse ter sido Dandara. Ou hoje eu pudesse ter sido Dandara. Mas parte de mim se entrega ao medo. Vontade de isolar e silenciar. Viver nas sombras. Mas não foi pra isso que eu pensei a escrita do Pão, Sol e Travesti."

Meu corpo é uma ocupação. Meu corpo é uma revolução ambulante. Visível o mal estar dos que se acomodam e dos que tapam os olhos para a diversidade humana". (Atena Beauvoir Roveda)



A poesia de Atena traz à tona a realidade que ocorreu com Dandara dos Santos, uma travesti, que foi brutalmente espancada e executada na cidade de Fortaleza, repercutido de forma nacional em 2017. Uma realidade cruel, mas não distante de mim, nós, outros(as) e de você.

Lembro de uma certa vez, que marcou minha adolescência, quando conversei com o meu pai sobre a minha sexualidade não heterossexual. Ele enfatizou: "tenho medo do mundo lá fora, o que podem fazer com você". Quando vejo os casos contra a população LGBT+, não deixo de lembrar dos(as) meus e minhas amigos(as), de pessoas próximas, dos familiares das pessoas que sofrem violências.

Às pessoas trans e travestis, o confronto é direto quando o corpo não é o que se espera dentro do imaginário "natural" de um corpo, como o caso de

Dandara e de tantas outras e tantos outros. De nossos e nossas estudantes. Nós podemos realizar o **exercício** de refletir por um instante sobre os(as) nossos(as) estudantes trans e travesti: O que escutam quando estão nas ruas? O que passam em casa quando se tem sua identidade revelada? O que costuma acontecer na escola? E na sala de aula?

Isso lembra de um momento na sala de aula, durante a eletiva de Gênero e Diversidade, quando os(as) estudantes estavam discutindo como era a vivência e se enxergavam gênero no ambiente escolar, um discente trans compartilhou:



"Na minha casa, não me aceitam. Lá, eu tenho que ser o que eu não sou... eu... choro quase todos os dias. Aqui na escola, sabe? É onde eu sinto o que eu posso ser, saca? Meus amigos respeitam meu nome, me chamam de Gabriel... Eu me sinto tão eu, mas aqui não é tão perfeito. Tem funcionários que se enganam porque eu aparento uma menina, eu não costumo responder."

Gabriel, 14 anos, estudante do Ensino Médio.

No caso de Gabriel, na socialização, ele pede que seja chamado pelo nome social² que representa a identidade que ele construiu. Muitas pessoas trans sofrem com o acolhimento familiar, e muitos encontram na escola uma possibilidade de conseguir ser o que se é.

² É o nome que a pessoa trans ou travesti prefere ser chamada. Para uma reflexão acerca da legislação, ler as indicações recomendadas no capítulo seguinte.

A escola é esse lugar, por meio da convivência, que consegue garantir segurança de certo modo, apesar de Gabriel evidenciar os equívocos entre gênero e sexualidade.

Uma escritora estadunidense chamada Bell Hooks, em suas obras, dentro das suas vivências enquanto professora de universitária, aponta que a afetividade pode ser uma ferramenta pedagógica dentro da sala de aula. É evidente que aqui entendemos a condição que o professor/a da educação brasileira está inserido com salas super lotadas, escolas mal estruturadas, uma carga de horária excessiva e uma falta de valorização salarial. Contudo, apresentamos uma estratégia, que, por exemplo, pode ser a escuta atenta, como no caso de outro estudante:



*“eu não me sinto a vontade em muitas aulas, pois só me chamam pelo nome morto. O nome já diz, né? **MOR-TOO**. Nas aulas de Sociologia e Filosofia é que eu me sinto eu, quem eu sou de verdade.”*

Paulo, 16 anos, estudante do Ensino Médio.

A chamada pelo nome, reivindicada por Paulo, não é uma restrição para acontecer somente nas aulas mencionadas. O jovem liga o seu processo de identidade ao se sentir confortável em assistir as aulas.

As necessidades não ficam só restritas as aulas.



"eu não vou no banheiro dos homens. Eu tenho medo porque tenho características de menina. As vezes, uso o banheiro das meninas ou com pessoas com deficiência. É ruim, né? Mas tenho que me proteger. Se disfarçar pelo que eu não sou, infelizmente já é comum pra mim, se liga?"

Paulo, 16 anos, estudante do Ensino Médio.



"Todo mundo aqui sabe eu sou uma mulher, mas sei lá o que acontece que chega uns professor que chama pelo meu nome de batismo. Eu já cansei! Eu arrumo logo um barraco e ainda reclamam... E é porque eu sou de maior. Não sei qual é a dificuldade de falar o meu nome... Eu já fui na coordenação e já denunciei e tudo. Fica por isso mesmo"

Thayná, 18 anos, estudante do Ensino Médio.

Nessa cartilha também fica o convite: o de contribuir que nossos(as) estudantes enxerguem

possibilidades de lugares e vidas que não seja da violência, da dor ou lugares subalternizados.

Que nossos e nossas estudantes possam ser como Luma de Andrade, Liniker, Erika Hilton, João Nery e tantos e tantas que ousaram, criaram e ocuparam o mundo das possibilidades e da diversidade.



Luma Nogueira de Andrade é cearense, pesquisadora, professora universitária e a primeira travesti doutora do Brasil



Liniker de Barros é uma cantora, compositora, atriz e artista visual brasileira trans



Erika Hilton é a primeira Deputada Federal negra e trans eleita na história do Brasil



João W. Nery foi um psicólogo e escritor brasileiro. Foi o primeiro homem trans a realizar a cirurgia de redesignação sexual no Brasil

Indicações

Neste capítulo segue as produções da Secretaria de Educação do Ceará. Foram selecionadas três obras essenciais para aprofundar o conhecimento na temática de gênero, sexualidade e direitos humanos.

livro desenvolvido com cinco módulos formativos que consiste em: reflexão dos conceitos no eixo gênero e sexualidade, sugestão de atividades que podem ser desenvolvidos pelos docentes.



Cartilha com orientações e principais dúvidas da comunidade escolar acerca da implementação do nome social por estudantes trans e travestis na escola



**Cartilha com propostas de atividades
escolares com sugestões de filmes e
séries
relacionadas às temáticas dos direitos
humanos, de gênero e
sexualidade.**



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ